



RELATÓRIO DE GESTÃO

BIÊNIO 2021-2023



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

RELATÓRIO DE GESTÃO

BIÊNIO 2021-2023



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

PLENÁRIO DO TJGO



Desembargadora	Beatriz Figueiredo Franco
Desembargador	Leobino Valente Chaves
Desembargador	Gilberto Marques Filho
Desembargador	João Waldeck Félix de Sousa
Desembargadora	Nelma Branco Ferreira Perilo
Desembargador	Carlos Hipólito Escher
Desembargador	Kisleu Dias Maciel Filho
Desembargador	Zacarias Neves Coelho (Vice-Presidente)
Desembargador	Luiz Eduardo de Sousa
Desembargador	Alan Sebastião de Sena Conceição
Desembargador	Leandro Crispim
Desembargador	Itaney Francisco Campos
Desembargadora	Amélia Martins de Araújo
Desembargador	Luiz Cláudio Veiga Braga
Desembargador	Ivo Fávaro
Desembargador	Jeová Sardinha de Moraes
Desembargador	Fausto Moreira Diniz
Desembargador	Carlos Alberto França (Presidente)
Desembargador	Amaral Wilson de Oliveira (Ouvidor do Poder Judiciário)
Desembargador	José Paganucci Júnior
Desembargadora	Maria das Graças C. Requi
Desembargadora	Elizabeth Maria da Silva
Desembargador	Gerson Santana Cintra
Desembargadora	Carmecy Rosa Maria Alves de Oliveira
Desembargador	Edison Miguel da Silva Júnior
Desembargador	Nicomedes Domingos Borges (Corregedor-Geral da Justiça)





Desembargador **Itamar de Lima**
Desembargadora **Sandra Regina Teodoro Reis**
Desembargador **Guilherme Gutemberg Isac Pinto**
Desembargador **José Carlos de Oliveira**
Desembargador **Carlos Roberto Fávaro**
Desembargador **Delintro Belo de Almeida Filho** (Diretor da Ejug)
Desembargador **Jairo Ferreira Junior**
Desembargador **Marcus da Costa Ferreira**
Desembargador **Anderson Máximo de Holanda**
Desembargador **Maurício Porfírio Rosa**
Desembargador **Wilson Safatle Faiad**
Desembargador **Fernando de Castro Mesquita**
Desembargador **Fábio Cristóvão de Campos Faria**
Desembargador **Eudécio Machado Fagundes**
Desembargador **Sebastião Luiz Fleury**
Desembargadora **Doraci Lamar Rosa da Silva Andrade**
Desembargador **Reinaldo Alves Ferreira**
Desembargador **Sérgio Mendonça de Araújo**
Desembargadora **Ana Cristina Ribeiro Peternella França**
Desembargador **Fabiano Abel de Aragão Fernandes**
Desembargadora **Lília Mônica de Castro Borges Escher**
Desembargadora **Camila Nina Erbetta Nascimento**
Desembargador **Roberto Horácio de Rezende**
Desembargador **Jeronymo Pedro Villas Boas**
Desembargador **Vicente Lopes da Rocha Júnior**



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

Biênio 2021-2023

PRESIDENTE

Desembargador Carlos Alberto França

VICE-PRESIDENTE

Desembargador Zacarias Neves Coelho

CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

Desembargador Nicomedes Domingos Borges

OUVIDOR DO PODER JUDICIÁRIO

Desembargador Amaral Wilson De Oliveira

DIRETOR DA ESCOLA JUDICIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

Desembargador Delintro Belo de Almeida Filho

JUÍZES AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA

Dr. Aldo Guilherme Saad Sabino de Freitas

Dra. Jussara Cristina Oliveira Lousa

Dr. Reinaldo de Oliveira Dutra

Dra. Sirlei Martins da Costa

JUÍZES AUXILIARES DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Dr. Gustavo Assis Garcia

Dr. Marcus Vinícius Alves de Oliveira

Dr. Ricardo Silveira Dourado

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

Secretária-Geral

Dahyenne Mara Martins Lima Alves

Central de Processamento Eletrônico

Diretora: Cássia Aparecida de Castro Alves

Centro de Comunicação Social

Diretor: Luciano Augusto Souza Andrade

Departamento de Precatórios

Diretor: Uires Gomes Rodrigues

Diretoria de Cerimonial e Relações Públicas

Diretor: Roberto Nascimento

Diretoria de Estatística e Ciência de Dados

Diretor: Antônio Pires de Castro Júnior

ÓRGÃOS DA PRESIDÊNCIA:

Diretoria Judiciária

Diretor: Divino Pinheiro Lemes

Diretoria de Auditoria Interna

Diretor: Marcos Nunes Laureano

Diretoria de Planejamento e Inovação

Diretora: Mislene Medrado de Oliveira Borges

Diretoria de Tecnologia da Informação

Diretor: Anderson Yagi Costa

Gabinete Militar do Poder Judiciário

Chefe do Gabinete Militar:
Tenente-coronel Rodrigo Barbosa

DIRETORIA-GERAL

Diretor-Geral

Rodrigo Leandro da Silva

Diretoria Administrativa

Diretora: Tatiana Rodrigues Ferreira

Diretoria Financeira

Diretor: Irismar Dantas de Souza

Diretoria de Engenharia e Arquitetura

Diretora: Cybelle Saad Sabino de Freitas

Diretoria de Recursos Humanos

Diretora: Wanessa Oliveira Alves

Junta Médica Oficial

Diretor: Gelson José do Carmo

Centro de Saúde

Diretor: Paulo Henrique Fernandes Sardeiro

Diretoria de Contratações

Diretora: Ana Paula Rodrigues Ferreira

ÓRGÃOS DE ACESSORAMENTO DA PRESIDÊNCIA

Coordenadoria da Infância e da Juventude

Coordenador: Dr. Carlos José Limongi Sterse
Coordenadora Adjunta: Dra. Célia Regina Lara

Coordenadoria do Sistema dos Juizados Especiais e Turmas Recursais

Coordenador: Desembargador Marcus da Costa Ferreira

Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar

Coordenadora: Desembargadora Sandra Regina Teodoro Reis
Vice-Coordenador: Dr. Vitor Umbelino Soares Júnior

Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Estado de Goiás

Supervisor: Desembargador Anderson Máximo de Holanda

Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

Presidente: Desembargador Carlos Alberto França
Coordenador: Dr. Leonys Lopes Campos da Silva

Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental

Coordenadora: Dra. Sirlei Martins da Costa

SECRETARIA DOS COLEGIADOS

Secretaria do Plenário e Órgão Especial

Secretária: Otávia Goyanazes de Lima

Secretaria do Conselho Superior da Magistratura e das Comissões Permanentes

Secretária: Sabrina Oliveira Silva Mesquita



APRESENTAÇÃO



Este relatório apresenta as ações e os resultados alcançados pela gestão administrativa e judiciária do Poder Judiciário do Estado de Goiás, biênio 2021/2023. A Administração reafirmou o compromisso de garantir ao cidadão uma prestação jurisdicional ágil, transparente e efetiva. Estrategicamente foram desenvolvidas ações, projetos e programas que dinamizaram a organização e o funcionamento dos serviços jurisdicionais. Além disso, fomentamos a criação, o desenvolvimento e a institucionalização de políticas judiciárias que promoveram o alcance dos macrodesafios, previstos na Resolução nº 325/2020, que dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário, instituída pela pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).



Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Prêmios	13
Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional	23
Direitos Fundamentais	53
Gestão Administrativa e Governança Judiciária	67
TIC e Proteção de Dados	91
Gestão de Pessoas	99
Sustentabilidade	105
Acessibilidade	109
Cultura	113
EJUG	119
Ações de Comunicação	127
Plano de Gestão 2021/2023 (biênio)	133



XII PRÊMIO CONCILIAR É LEGAL

O Conselho Nacional de Justiça concede o
XII PRÊMIO CONCILIAR É LEGAL ao

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS,

vencedor na Modalidade Produtividade, no âmbito da Justiça Estadual, pelo
alcançe do maior índice de composição consensual nos 12 meses anteriores à
realização da XVI Semana Nacional da Conciliação.

Brasília, 24 de maio de 2022


Ministro Luiz Fux

Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça





PRÊMIOS



PRÊMIOS



SOMOS DIAMANTE!

Em 2022, o TJGO conquistou, pela primeira vez, o selo Diamante no Prêmio CNJ de Qualidade. Na premiação inédita, o TJGO alcançou a pontuação geral de 83,64%.

1º LUGAR
em Dados e Tecnologia

1º LUGAR
em Transparência

2º LUGAR
em Governança

2º MELHOR DO PAÍS
dentre os tribunais de médio porte

*2º MELHOR EM
PRODUTIVIDADE*
no grupo dos tribunais de médio porte

O Prêmio CNJ de Qualidade é um estímulo para os tribunais buscarem excelência na gestão e no planejamento de suas atividades, na organização administrativa e judiciária e na sistematização e disseminação das informações e da produtividade. Consoante a isso, a Gestão deste Poder, o definiu como uma das metas prioritárias do Plano de Gestão do Biênio 2021/2023.

2021

Em 2021, ao alcançar 60,90% na pontuação global, o TJGO foi premiado com o Selo Prata. Imediatamente após, a Diretoria de Planejamento e Inovação (DPI) desenvolveu o Painel de Acompanhamento dos itens do Prêmio CNJ de Qualidade, edição 2022, que exibiu de forma sistematizada os dados relacionados aos itens avaliados no prêmio. Este painel permitiu aos gestores das Metas Nacionais conhecer rapidamente informações importantes e entender os dados para tomada de decisão. Além disso, colaborou com a sinergia do trabalho e esforço desempenhado pelas magistradas e magistrados, servidoras e servidores no alcance da integralidade da pontuação, e poder atingir seu êxito no final.





1º LUGAR NACIONAL NO RANKING DA TRANSPARÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realiza, anualmente, o Ranking da Transparência do Poder Judiciário, que avalia, classifica e premia o grau da transparência dos tribunais no fornecimento de informação clara e organizada aos cidadãos. De forma inédita, o TJGO, em 2022, cumpriu 100% dos 84 itens avaliados e alcançou o 1º Lugar no Ranking da Transparência do Poder Judiciário. Esta premiação reconheceu nosso compromisso com a transparência, acessibilidade, integralidade e a integridade das informações disponibilizadas pertinentes à Gestão do Poder Judiciário do Estado de Goiás.

SELO OURO NO PRÊMIO GOIÁS MAIS TRANSPARENTE

O Prêmio Goiás Mais Transparente, instituído pela Controladoria-Geral do Estado de Goiás (CGE/GO), reconhece com selos (ouro, prata e bronze) a excelência em transparência pública das páginas de Acesso à Informação dos órgãos, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista do Estado de Goiás.

Na edição 2022, o Poder Judiciário do Estado de Goiás alcançou 100% dos itens avaliados e passou ocupar o 1º Lugar no Ranking, reconhecendo os esforços conjuntos de magistradas, magistrados, servidoras e servidores no aperfeiçoamento da gestão da transparência institucional e o fortalecimento dos serviços jurisdicionais pelo Estado à sociedade.



EVOLUÇÃO DO TJGO NO PRÊMIO GOIÁS MAIS TRANSPARENTE

ANO	ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA	SELO
2021	88,88%	Prata
2022	100%	Ouro



PRÊMIO DESTAQUE INNOVARE

Em 2021, o “Programa Com Viver – Inclusão Voluntária na Justiça” alcançou a CATEGORIA DESTAQUE na 18ª edição do Prêmio Innovare, que destaca iniciativas, idealizadas e colocadas em prática, que aprimoram a Justiça brasileira, facilitando o acesso ao atendimento. Idealizado pelos juízes Thiago Inácio de Oliveira e Priscila Lopes da Silveira, da Comarca de Cristalina, o programa promove a inclusão de pessoas com deficiência, como Síndrome de Down e Transtorno do Espectro Autista (TEA) no âmbito do Poder Judiciário, para o exercício de atividades voluntárias.

Em 2022, na 19ª edição do Prêmio Innovare, o TJGO novamente alcançou destaque, com a homenagem à juíza Aline Vieira Tomás, da Comarca de Anápolis, pelo “Projeto Simplificar 5.0: Legal Design e Inteligência Artificial”, que consiste na produção de resumos ilustrados e simplificados de sentença, que são enviados, acompanhados da decisão judicial, para os jurisdicionados e advogados por aplicativo de mensagem.



PRÊMIO CONCILIAR É LEGAL

O Tribunal goiano foi o vencedor nacional na modalidade produtividade, no ano base de 2021, do XII Prêmio Conciliar é Legal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Além de ter recebido também a menção honrosa por ter obtido o maior número de acordos na 16ª Semana Nacional de Conciliação de 2021 e pela atuação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Saúde (Cejusc da Saúde).





DOIS PRÊMIOS PARA O PROJETO “LIGA DOS HERÓIS COMUNS (MAS ESPECIAIS)”

O TJGO, representado pelo Centro de Comunicação Social (CCS), alcançou o primeiro lugar, na categoria Comunicação de Interesse Público, no 20º Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça (PNCJ), realizado em 2022, com o projeto “Liga dos Heróis Comuns (mas especiais)”. Concorreram ao prêmio PNCJ os tribunais superiores, federais e estaduais de todo o País. E, além destes, as defensorias, seccionais da OAB, Ministérios Públicos e Tribunais de Contas dos Estados. Além desta premiação, o projeto conquistou o segundo lugar no Prêmio de Inovação do Judiciário Exponencial, sendo um dos sete classificados na categoria Inovação Social.



O Projeto Liga dos Heróis Comuns (mas especiais), com super-heróis infantis que representam diferentes grupos sociais (o branco, o negro, o índio, a pessoa com deficiência, o cigano, a mulher e o profissional de saúde), propôs empoderar crianças e adolescentes como sujeitos de direito, capazes de superar dificuldades, e inspirando sentimentos de autoconfiança.

Durante a pandemia da Covid-19, a Liga de Heróis visitou, virtualmente, casas de acolhimento levando informações e esclarecimentos sobre os direitos da criança e do adolescente, principalmente para aquelas mais isoladas em razão do período pandêmico.







AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

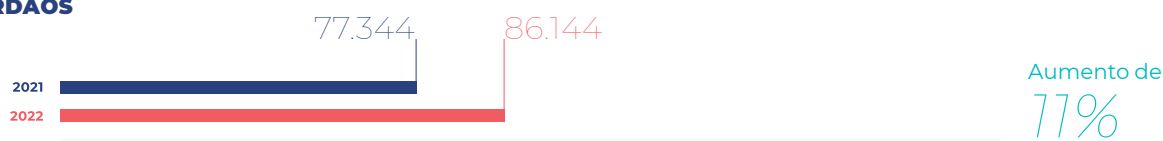
AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

AUMENTO DA PRODUTIVIDADE NO 1º E NO 2º GRAU

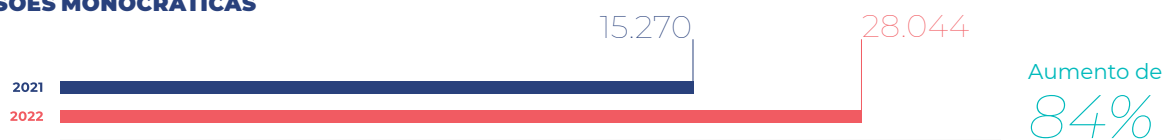
O aumento da produtividade foi um dos grandes objetivos propostos pelo desembargador Carlos Alberto França no biênio 2021/2023. No comparativo da produtividade alcançada nos anos de 2021 e 2022 observamos significativa evolução dos indicadores de desempenho no 1º e no 2º grau de jurisdição.

SEGUNDO GRAU

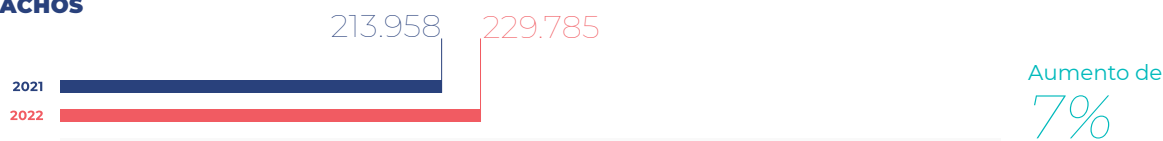
ACÓRDÃOS



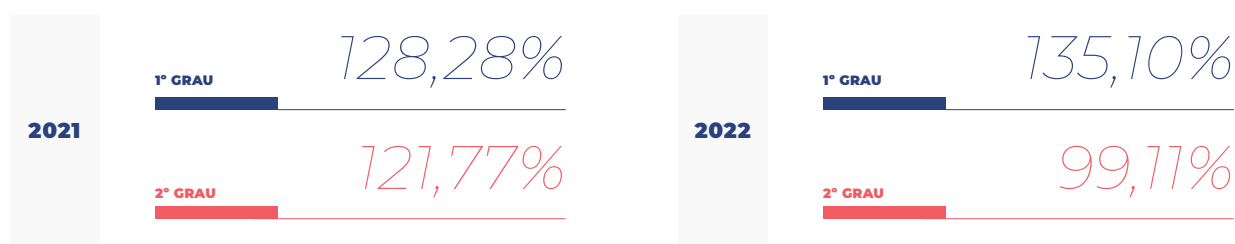
DECISÕES MONOCRÁTICAS



DESPACHOS

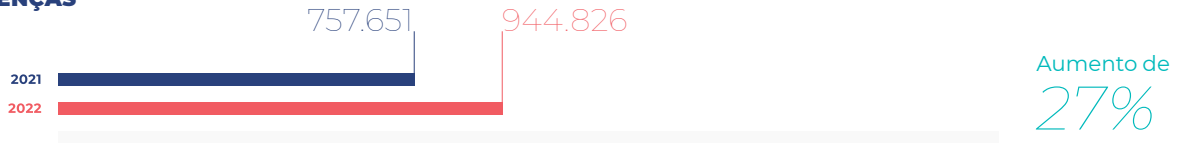


ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA (IAD)

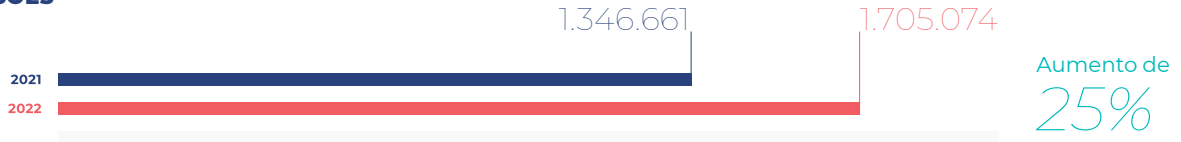


PRIMEIRO GRAU

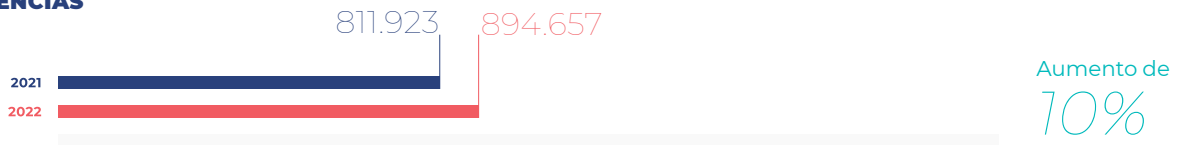
SENTENÇAS



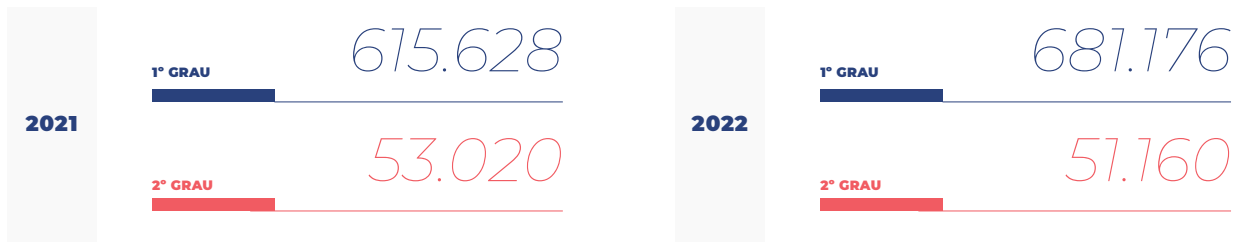
DECISÕES



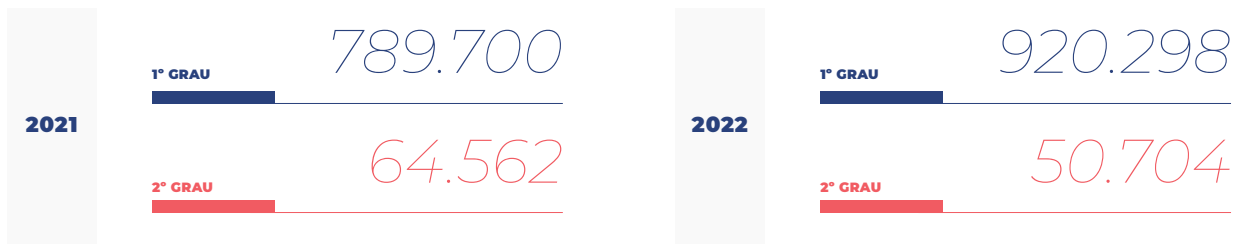
AUDIÊNCIAS



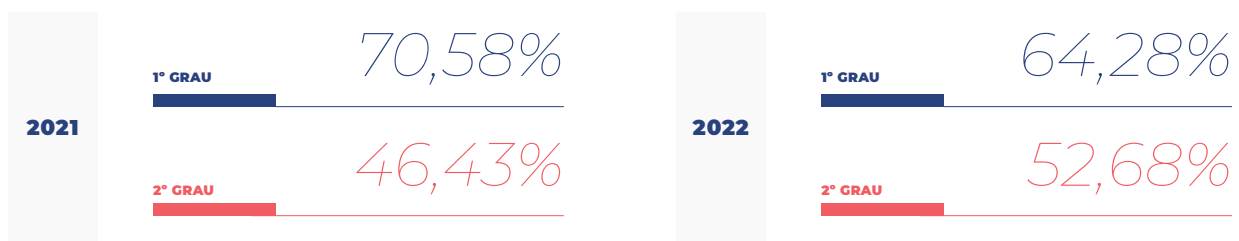
CASOS NOVOS



PROCESSOS BAIXADOS



TAXA DE CONGESTIONAMENTO





O programa Núcleo de Aceleração de Julgamentos e Cumprimento de Metas (NAJ) foi idealizado pela gestão do presidente Carlos Alberto França como estratégia para oferecer prestação jurisdicional célere nas unidades judiciária de 1º e 2º grau de jurisdição no âmbito da Justiça do Estado de Goiás.

DADOS NAJ

*ABRIL/2021 A NOVEMBRO/2022

NAJ CAPITAL

99 unidades atendidas

20.696 sentenças

4.670 decisões

4.512 despachos

26.878 TOTAL DE ATOS

NAJ INTERIOR

99 unidades atendidas

19.945 sentenças

12.647 decisões

19.287 despachos

51.873 TOTAL DE ATOS

NAJ 2ª INSTÂNCIA

5.660 decisões de mérito

26 gabinetes atendidos

1.227 despachos

NAJ EXECUÇÃO 2º GRAU

*QUATRO MESES DE ATUAÇÃO

7 Câmaras Cíveis atendidas

796 processos distribuídos

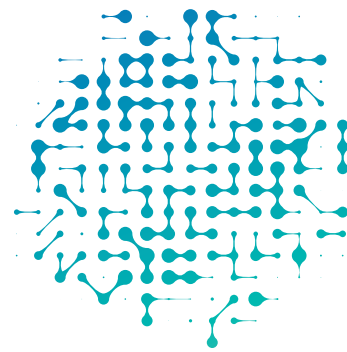
620 processos com andamento

NÚCLEO DE APOIO AO CUMPRIMENTO DE ATOS DA SERVENTIA DE 1ª GRAU (NAC-1)

O Decreto Judiciário TJGO nº 1.882/2021 criou o Núcleo de Apoio ao Cumprimento de Atos da Serventia de 1º Grau – NAC-1 para apoio à execução de atos processuais.

Constituiu-se equipe especializada para cumprimento dos atos processuais do 1º Grau de Jurisdição como a expedição e intimação de cartas, expedições de mandados e atos de serventias normais, expedição de requisições de pequeno valor e precatórios da Justiça Federal. Além destas equipes, foram criados 300 postos de trabalho para auxílio às Comarcas do Estado de Goiás.

As atividades das equipes foram coordenadas pelo juiz auxiliar da Presidência Reinaldo Dutra e pelo diretor Judiciário, Divino Pinheiro Lemes.



NAC-1

PRODUTIVIDADE EM NÚMEROS

4.185.969 atos praticados

123 Comarcas em 2021

118 Comarcas em 2022

389 unidades judiciárias em 2021

447 unidades judiciárias em 2022

PRECATÓRIOS: 22 MIL CREDORES PAGOS

O aperfeiçoamento da gestão do Departamento de Precatórios permitiu o pagamento de 22 mil credores, inclusive os beneficiários prioritários, que receberam créditos futuros, previstos para pagamento nos exercícios de 2023 e 2024.

ENCONTRO NACIONAL DE GESTORES DE PRECATÓRIOS

O TJGO sediou, em novembro de 2022, reunião da Câmara Nacional de Gestores de Precatórios (CNGP). O evento reuniu, pela primeira vez em Goiás, desembargadores, juízes e assessores dos Tribunais de Justiça dos estados.

22 MIL credores

12 ANOS de fila

R\$ 930 MILHÕES





CENTRAL DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO DE EXPEDIÇÃO DE RPV

O controle e a gestão da operacionalização da expedição, processamento e liquidação de precatórios e requisições de pequeno valor contribuíram para reduzir erros na expedição, evitar formas de retrabalho e para aumentar a celeridade na liquidação da ordem de pagamento.

72.134 processos analisados

46.288 RPVs Expedidas

22.086 outras providências

68.374

Total de expedições e providências (certidões informativas, validações para precatório e conclusões)

NÚCLEO DE APOIO ÀS AUDIÊNCIAS CONCENTRADAS

Instituído nesta Gestão, por meio do Decreto Judiciário nº 2.177/2021, o Programa Pró-Júri dedicou-se a acelerar e organizar julgamentos em processos com decisão de pronúncia já proferida e aguardando a realização da Sessão de Julgamento pelo Tribunal do Júri.

Consoante ao objetivo do aceleração da prestação jurisdicional, o Programa Pró-Júri somou-se aos programas Acelerar Previdenciário e Justiça Ativa e, desta união, destacamos a produtividade alcançada:



ACELERAR PREVIDENCIÁRIO

2021

123 decisões

545 despachos

26 homologatórias

1.468 improcentes

3.750 procedentes

180 terminativas

41 Comarcas atendidas

R\$ 106.688.878,00
benefícios concedidos

2022

64 decisões

270 despachos

8 homologatórias

500 improcentes

1.544 procedentes

81 terminativas

26 Comarcas atendidas

R\$ 51.685.740,00
benefícios concedidos

TOTAL GERAL

8.559 processos julgados

67 Comarcas atendidas

R\$ 158.374.618,00
benefícios concedidos

JUSTIÇA ATIVA

2021

1.167 atos realizados

477 sentenças

10 Comarcas

47,32% taxa de entrega

2022

4.752 atos realizados

2.453 sentenças

32 Comarcas

54,09% taxa de entrega

TOTAL GERAL

5.914 atos realizados

2.930 sentenças

42 Comarcas

50,70% taxa de entrega



PROGRAMA PRÓ-JÚRI

2021

12 absolvições

55 condenações

4 condenações/absolvições

0 desclassificações de crime

0 extinções

0 prescrições

2022

91 absolvições

269 condenações

36 condenações/absolvições

1 desclassificação de crime

6 extinções

1 prescrição

TOTAL GERAL

475 julgamentos





R\$ 480 MILHÕES DE INCREMENTO NA ARRECADAÇÃO COM CENTRAL ÚNICA DE CONTADORES / CUC

A Central Única de Contadores organizou e padronizou os procedimentos e os fluxos de trabalho nas Contadorias Oficiais do Poder Judiciário do Estado de Goiás. As atividades e boas práticas da unidade foram apresentadas e compartilhadas com outros tribunais no Encontro de Administração da Justiça (ENAJUS), realizado em Curitiba (PR).

305.026 atos

86 servidoras e servidores da CUC

R\$ 480 MILHÕES
de incremento na arrecadação

36 NOVOS CARGOS DE DESEMBARGADOR

Em 2022, foram publicadas duas leis estaduais que alteraram a Organização Judiciária do Estado de Goiás, com o objetivo de aperfeiçoar a prestação jurisdicional e tornar mais ágil o julgamento de recursos e de ações originárias do 2º Grau de Jurisdição.

A Lei nº 21.237 criou dez cargos de desembargador e a respectiva estrutura de gabinete. Os novos desembargadores tomaram posse em julho/2022. Já a Lei nº 21.630 elevou o quantitativo de 52 para 78 desembargadores, sem qualquer aumento de despesa, aproveitando apenas a estrutura existente. A lei entrará em vigor em maio de 2023.

*52 PARA 78
DESEMBARGADORES*

11 CÂMARAS CÍVEIS

4 CÂMARAS CRIMINAIS

3 SEÇÕES CÍVEIS

*21 DESEMBARGADORES
TITULARES NO ÓRGÃO
ESPECIAL*





VICE-PRESIDÊNCIA EM NÚMEROS

PROCESSOS JUDICIAIS NOS MESES DE FEVEREIRO DE 2021 A NOVEMBRO DE 2022

26.106

Total de processos distribuídos para a unidade nos últimos 22 meses

27.203

Total de processos julgados monocraticamente nos últimos 22 meses

1.031

Total de processos julgados em colegiado nos últimos 22 meses

3.509

Total de processos baixados definitivamente do acervo nos últimos 12 meses

PRODUTIVIDADE DE FEVEREIRO DE 2021 A NOVEMBRO DE 2022

4.056

Despachos

27.203

Decisões monocráticas

1.031

Votos



REFERÊNCIA EM CONCILIAÇÃO

PRIMEIRO CEJUSC CRIMINAL

O TJGO instalou o primeiro Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Criminal do Brasil. No ano de 2022, a unidade passou a ter sua atuação vinculada às Varas Criminais Especializadas e aos 1º e 2º Juizados Especiais Criminais, ampliando a jurisdição do Cejusc.



PAGAMENTO DE CONCILIADORES E MEDIADORES PARA BENEFICIÁRIOS DA JUSTIÇA GRATUITA

Pagamento, pelo próprio Poder Judiciário, a partir de 2022, de conciliadores e mediadores que atuam em audiências com o benefício da justiça gratuita.

PARCERIA

O TJGO foi parceiro da Prefeitura de Goiânia no Programa de Recuperação Fiscal (Refis). A prefeitura também participou da XVII Semana Nacional da Conciliação.

EXECUÇÃO FISCAL

Um novo Cejusc foi inaugurado em Aparecida de Goiânia para resolver, exclusivamente, questões relacionadas ao executivo fiscal municipal.

NÚCLEO VIRTUAL DE TRÂNSITO

Lançado na XVII Semana da Conciliação, edição 2022, o Núcleo abrange todo o Estado de Goiás, prestando atendimento às vítimas de acidentes de trânsito, de maneira imediata e virtual, por meio de ligação telefônica, Balcão Virtual ou formulário *online*.

SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO, 2021 E 2022

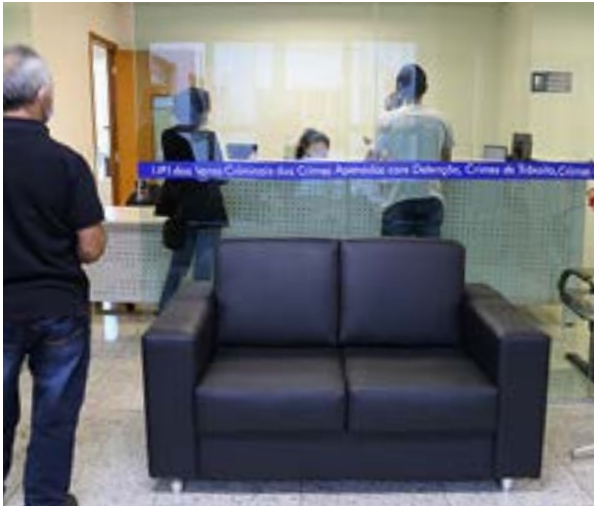
R\$ 105 MILHÕES em acordos

8.183 SENTENÇAS de homologação

7.428 acordos

21.687 audiências realizadas





NOVAS UPJS AGILIZAM ATOS PROCESSUAIS

Em 2022, a Comarca de Goiânia inaugurou a primeira Unidade de Processamento Judicial (UPJ) Cível, que abrange a 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 24ª Varas Cíveis. Esta gestão também instalou, em 2022, a 1ª e a 2ª UPJ das Varas Criminais dos crimes punidos com reclusão e, ainda, a UPJ das Varas Criminais dos crimes apenados com detenção, crimes de trânsito, crimes contra a ordem tributária e crimes contra vítimas hipervulneráveis.

A nova forma de trabalho implantada com as UPJs otimiza os recursos humanos, a estrutura física e padroniza o cumprimento de atos, gerando aumento no número de arquivamento de feitos, redução do acervo das varas, com impacto direto na taxa de congestionamento das unidades.

ALVARÁ ELETRÔNICO

A Presidência e a Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás editaram o Provimento Conjunto nº 08/2021 para disciplinar a custódia e o levantamento dos depósitos judiciais perante o Banco do Brasil com a utilização do Sistema de Controle de Depósitos Judiciais (SISCONDJU). O alvará eletrônico representa praticidade, comodidade, segurança e eficiência do serviço jurisdicional prestado pelo Poder Judiciário goiano. Além disso, beneficia, diretamente, advogadas e advogados e demais jurisdicionados, ao permitir o recebimento dos valores decorrentes da ação judicial em tempo hábil, sem a necessidade de deslocamento até o fórum ou agência bancária.



PRÊMIO TJGO DE PRODUTIVIDADE

O Prêmio TJGO de Produtividade tem a finalidade de incrementar a eficiência da prestação jurisdicional nas unidades judiciárias do primeiro grau, mediante a observância dos seguintes critérios: atingir as Metas Nacionais nº 1 e 2 do CNJ; reduzir a taxa de congestionamento; Índice de Atendimento à Demanda; Classificação processual conforme TPU e tempo médio dos processos pendentes. Magistrados e servidores vencedores de cada categoria recebem selo bronze, prata, ouro e diamante. O resultado do Prêmio TJGO de Produtividade 2022 será divulgado em 2023.

PRÊMIO TJGO DE PRODUTIVIDADE 2021

47 unidades premiadas

26 unidades premiadas com Selo Bronze

8 unidades premiadas com Selo Prata

10 unidades premiadas com Selo Ouro

3 unidades premiadas com Selo Diamante



PROJETO EXECUÇÃO FISCAL EFICIENTE

O TJGO institucionalizou o Projeto Execução Fiscal Eficiente, cujo enfoque é garantir celeridade e eficiência da prestação jurisdicional relacionada aos processos de cobrança de créditos tributários ou não. Os resultados do projeto demonstram o impacto positivo das ações tomadas, sendo atualmente 320.170 processos de um total de 413.228 processos de execução fiscal, ou seja, 87,89% de representatividade. As boas práticas do Projeto Execução Fiscal Eficiente foram apresentadas e compartilhadas com outros tribunais no Encontro de Administração da Justiça (ENAJUS) em 2022.

GOIÂNIA

Em novembro de 2022, foi sancionada a Lei municipal nº 10.282, que elevou o valor de alçada das execuções fiscais do Município de Goiânia. A iniciativa da negociação para a publicação de “Lei de Alçada” foi proposta pelo Poder Judiciário goiano, pois implicaria na redução de 40% do total de ações de execuções fiscais e tramitação na Comarca de Goiânia, e, ainda, racionalização do protocolo de novos casos, a vista da a fixação do valor mínimo de R\$ 10 mil, para cobrança judicial.

COMARCA / UNIDADE JUDICIÁRIA	ACERVO INICIAL	ACERVO ATUAL	RESULTADO
Goiânia / 1ª Vara da Faz. Púb. Mun. e de Reg. Púb. – Execução Fiscal	163.393	127.687	Redução de 35.706 processos
Anápolis / Vara da Faz. Pública Municipal, de Registro Público e Ambiental	106.123	75.567	Redução de 30.556 processos
Aparecida de Goiânia / Vara da Fazenda Púb. Municipal, de Reg. Púb. e Ambiental	46.085	28.095	Redução de 17.990 processos
Caldas Novas	7.081	5.488	Redução de 1.593 processos
Rio Verde	5.953	4.451	Redução de 1.502 processos
Senador Canedo	5.953	4.949	Redução de 1.004 processos
Trindade	13.040	4.791	Redução de 8.249 processos

CENTRAIS JUDICIAIS

CENTRAL DE PAUTAS DE AUDIÊNCIA (CEPACE)

Unidade destacada para auxiliar o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais na preparação das audiências virtuais de conciliação e mediação no âmbito dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania.

CENTRAL DE EXPEDIÇÃO DE ATOS NA COMARCA DE GOIÂNIA

Unidade criada para o cumprimento de atos mais simples que representam grande volume dos serviços das escriturarias nas unidades judiciárias das Varas Cíveis e Ambientais da Comarca de Goiânia.

CENTRAL DE EXPEDIÇÃO DE ATOS	2021 (JULHO A DEZEMBRO)	2022 (ATÉ NOVEMBRO)
Quantidade de atos	1.181.194	3.022.240
Quantidade de processos	651.247	1.728.208
Quantidade de processos arquivados	16.140	45.468
Quantidade de guias expedidas	167	3.529



CENTRAL DE CUMPRIMENTO DE ATOS NO SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO (CESEEU)

Cadastra Guias de Execução Penal iniciais e lança os eventos e incidentes e unifica guias.

Data de criação da central: 15/09/2022

6.625 processos finalizados

25.511 atos cumpridos

16 Comarcas

64 unidades judiciárias

Além destas Centrais, ainda estão em funcionamento na CPE as seguintes unidades:

- 1** Divisão de Apoio ao Plantão Judicial: responsável pela execução do Plantão Estadual de 1º e 2º graus e das Audiências de Custódia realizadas fora do expediente forense.
- 2** Esta inovação foi viabilizada pela adoção de sistema próprio, denominado Orquestrador-CPE, que foi elaborado considerando as necessidades mapeadas e utiliza blocos robotizados para a efetiva construção da automação.



CENTRAL DE EXPEDIÇÃO DE E-CARTAS

A adoção da solução e-Cartas, disponibilizada pelos Correios, provocou uma revolução na sistemática de expedição manual de cartas de citação e intimação no Poder Judiciário goiano. Além disso, o desenvolvimento da integração entre o sistema dos Correios e o Projudi/PJD possibilitou a anexação automática do Aviso de Recebimento (AR) ao processo, garantindo maior agilidade e eficiência na tramitação dos processos.

CENTRAL DE CUMPRIMENTO DE ATOS DE CONSTRIÇÃO DE FORMA ELETRÔNICA (CACE)

Unidade especializada na execução das pesquisas e atos de constrição. A Central, utilizando os sistemas conveniados do CNJ, realiza consultas de Declarações de Imposto de Renda, Certidões de Óbito, endereços, nome e CNPJ e executa penhora on-line de valores em conta bancárias, restrição de veículos, nomes, Indisponibilidade de Bens Imóveis. Atualmente, a Central tem acesso aos seguintes sistemas conveniados:

SISBAJUD (BACENJUD)

INFOSEG (Sistema Nacional de Informações e Segurança Pública)

CNIB (CENTRAL NACIONAL DE INDISPONIBILIDADE DE BENS)

CRCJUD (CENTRAL DE INFORMAÇÕES DO REGISTRO CIVIL)

INFOJUD (SISTEMA DE INFORMAÇÕES AO JUDICIÁRIO)

RENAJUD (RESTRIÇÃO JUDICIAL DE VEÍCULOS)

PENHORA ONLINE

SNIPER

100.841 processos analisados

66 Comarcas

505 unidades judiciárias

CENTRAL DE PROCESSAMENTO ELETRÔNICO (CPE)

A CPE tem por finalidade auxiliar as unidades judiciárias do 1º Grau de Jurisdição. Atualmente, as unidades judiciárias devem solicitar adesão às Centrais da CPE. Após, cumprida as formalidades, a CPE e suas centrais especializadas passam a auxiliar, permanentemente, as unidades judiciárias.

A CPE e suas centrais especializadas estão prestando auxílio como secretaria dos Núcleos de Justiça 4.0, criados pela Resolução TJGO nº 156/2021. Além disso, a CPE atua gestão do Plantão Judicial do 1º e 2º grau de jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

Início: 04/10/2022

100.841 processos analisados

66 Comarcas atendidas

505 unidades judiciárias abrangidas





CENTRAL ESTADUAL DE ATERMAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DAS COMARCAS DO INTERIOR DO ESTADO DE GOIÁS (CEAJE)

A central presta apoio às unidades dos Juizados Especiais das Comarcas do interior, atuando de forma 100% digital na formalização e cadastramento de termos iniciais de demandas.

Início: 10/11/2022

Período do relatório: 02/07/2022 a 13/12/2022

3 Comarcas (Caldas Novas, Novo Gama e Valparaíso) fizeram adesão a Central

112 atendimentos realizados

56 atendimentos via Balcão virtual

28 atendimentos aproximados via ligação

28 atendimentos via e-mail

74 atermações concluídas

38 outras providências

CENTRAL DE CUMPRIMENTO DE LIMINARES (CCL)

Realiza o cumprimento de atos urgentes e emergências em até uma hora após serem recebidos pela central.

Criação da central: *02/07/2022*

1.330 processos

3.990 atos

17 Juizados Especiais Cíveis de Comarcas contempladas

CENTRAL DE PRÁTICA DE ATOS DO SEEU

Criada com o objetivo de auxiliar no cadastramento e registro de dados das execuções penais, no intuito de desafogar as unidades e proporcionar celeridade e eficiência.

Início: *15/09/2022*

6.625 processos

25.511 atos

16 Comarcas atendidas

64 unidades judiciárias atendidas

CENTRAL DE CUSTÓDIA

A Central de Custódia no interior, implementada em junho de 2022, é um dos marcos do Plantão Estadual, deixando o TJGO como um dos únicos Tribunais Estaduais que realiza audiências de custódia aos finais de semana e feriados, respeitando assim o prazo de 24h para a realização do ato. Para movimentar esse volume processual, a Central de Custódia conta com 20 magistrados e magistradas no interior, dois magistrados e magistradas na capital e 25 servidores.

5.696 processos recebidos no interior

2.203 processos recebidos na capital

61.882 atos

Audiências de custódia em até *24 horas*

NOVO CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA (COJEG)

A publicação do Cojeg, em abril de 2022, foi de extrema importância para a modernização da Organização Judiciária estadual, tendo em vista que o dispositivo anterior datava do século passado, editado em 1981. O Novo Código de Organização Judiciária trouxe um texto mais sucinto, com conceitos jurídicos atuais. E, ainda, uma linguagem que se vale de conceitos jurídicos indeterminados, o que evita o perecimento da lei no decorrer dos anos, além de incorporar entendimentos jurisprudenciais mais atualizados. O Cojeg contribui com a modernização da organização judiciária estadual e colabora para um melhor desenvolvimento dos serviços judiciários.



UM NOVO E MODERNO REGIMENTO INTERNO

Para acompanhar o dinamismo do TJGO, o Órgão Especial aprovou um novo Regimento Interno, mais adequado às mudanças promovidas pelas reformas processuais e administrativas, além das estruturais e físicas, pelas quais vem passando o Poder Judiciário goiano, em sua trajetória de modernização. Mais curto e com o texto mais simples, o documento foi elaborado para evitar a perecibilidade e se manter atual e efetivo durante muitos anos. Após duas décadas sem modificações, o novo Regimento Interno foi publicado no dia 13 de janeiro de 2022 e entrou em vigência na data de sua publicação. Foram anos de pesquisas e investigações jurídicas, antes da aprovação, por unanimidade, em sessão histórica do Órgão Especial realizada no dia 12 de novembro de 2021.



COMARCA DIGITAL INTEGRADA

O projeto tem como enfoque levar especialização às unidades judiciárias com competência múltipla e aprimorar a prestação jurisdicional no interior do Estado de Goiás e surgiu como uma solução para o atual cenário – com um número elevado de unidades judiciárias desprovidas de magistrado.

14 unidades judiciárias do norte do Estado de Goiás

24 magistradas e magistrados

1 magistrado respondente em cada unidade

6 magistrados auxiliares



TURMAS RECURSAIS PROVISÓRIAS

As Turmas Recursais Provisórias auxiliaram no julgamento dos recursos interpostos no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e das Fazendas Públicas do Estado de Goiás.

3.900

processos foram distribuídos nos meses de agosto/2021 a março/2022

TURMA DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS

Com a edição de súmulas e diretrizes, a Turma de Uniformização dos Juizados Especiais promoveu a fixação de calendário regular de julgamento, com sessões a cada dois meses, a implantação de sistema informatizado para distribuição automática dos feitos e, ainda, a criação de um grupo de apoio na secretaria, para simplificação de procedimentos, gerando mais celeridade processual e redução da taxa de congestionamento nos juizados especiais. Com a iniciativa, houve diminuição de 700% no acervo processual das Turmas Recursais dos Juizados Especiais do Estado de Goiás nos últimos dois anos.

Redução de **700%** no acervo processual



REFORMULAÇÃO DO PLANTÃO JUDICIÁRIO

O Plantão Judiciário passou por uma reformulação e reestruturação. Foram instituídas equipes centralizadas de cumprimento de atos judiciais, equipe própria de oficiais de justiça, que contribuiu para a redução significativa de juízes e servidores plantonistas.

41.644 processos finalizados

6.072 analisados em segundo grau

35.572 analisados em primeiro grau

272.912 atos



QUATRO CONCURSOS NO BIÊNIO

A gestão do Biênio 2021-2023 realizou quatro concursos públicos: para juízes substitutos, cartorários extrajudiciais, analistas judiciários e juízes leigos. Pela primeira vez na história, o Poder Judiciário goiano promoveu certames com cotas para candidatos negros. Outra novidade foi para a pessoa transexual ou travesti, que teve assegurada a possibilidade de uso do nome social durante o concurso. Em relação às cotas, os editais também reservam 5% das vagas às pessoas com deficiência.

NOMEAÇÃO

Em 2022, 220 novos servidores foram nomeados para os cargos de Analista Judiciário – área de apoio administrativo e área judiciária. Os primeiros 70 nomeados tomaram posse em cerimônia realizada no Dia do Servidor Público – 28 de outubro.

VAGAS DOS CONCURSOS

52 para juiz substituto

292 para cartórios extrajudiciais

42 para juiz leigo

95 vagas, sendo 46 para analista judiciário – área de apoio judiciário e administrativo – e 49 para analista judiciário



NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES E NÚCLEO DE AÇÕES COLETIVAS

3 webinários sobre Precedentes Judiciais, com mais de 700 participações;

Publicação do Boletim Nugepnac;

Criação do Instagram Nugepnac, com 398 publicações;

Aperfeiçoamento da Berna para a sua utilização em IRDR;

Divulgação do uso da Berna em IRDR no evento do STF e STJ;

Inclusão de links de direcionamento aos IRDRs e IACs na Seção Atos Judiciais/Jurisprudência;

Participação em eventos sobre Precedentes Judiciais.







DIREITOS FUNDAMENTAIS

DIREITOS FUNDAMENTAIS

POSTOS AVANÇADOS FACILITAM O ACESSO À JUSTIÇA

Os Postos Avançados são unidades físicas descentralizadas, integrantes da Comarca sede, instalados em regime de parceria com os municípios ou cartórios extrajudiciais, que ampliam e facilitam o acesso à justiça. No local são realizados atos por videoconferência, tais como audiências, e atendimentos eletrônicos ou presenciais.





33 Postos Avançados Instalados

	MUNICÍPIO	COMARCA SEDE
1	Palestina	Caiapônia
2	Doverlândia	Caiapônia
3	Jaupaci	Israelândia
4	Chapadão do Céu	Serranópolis
5	Perolândia	Jataí
6	Faina	Goiás
7	Novo Brasil	Fazenda Nova
8	Rio Quente	Caldas Novas
9	Planalmira	Abadiânia
10	Israelândia	Iporá
11	Ivolândia	São Luís de Montes Belos
12	Campos Lindos	Cristalina
13	Portelândia	Mineiros
14	Santa Rita do Araguaia	Mineiros
15	Panamá	Goiatuba
16	Cromínia	Hidrolândia
17	Cezarina	Varjão
18	Carmo do Rio Verde	Ceres

	MUNICÍPIO	COMARCA SEDE
19	Urutaí	Pires do Rio
20	Itaguaru	Taquaral de Goiás
21	São Miguel do Passa Quatro	Vianópolis
22	Nova Roma	Iaciara
23	Bairro Serra Dourado	Santo Antônio do Descoberto
24	Bonópolis	Porangatu
25	Novo Planalto	Porangatu
26	Cristianópolis	Santa Cruz de Goiás
27	Teresina de Goiás	Cavalcante
28	Jardim do Ingá	Luziânia
29	Avelinópolis	Araçu
30	Colinas do Sul	Niquelândia
31	Caldazinha	Senador Canedo
32	Palmelo	Santa Cruz de Goiás
33	Aporé	Itajá
34	Campinaçu	Minaçu

ADESÃO AO PROGRAMA FAZENDO JUSTIÇA DO CNJ

O TJGO celebrou, em março de 2021, o Termo de Cooperação Técnica com o “Programa Fazendo Justiça” com a Secretaria de Segurança Pública e a Diretoria-Geral de Administração Penitenciária, a fim de implantar ações, assegurar os direitos fundamentais e aprimorar o diálogo institucional com o Poder Executivo Estadual, por meio do Grupo de Monitoramento e Fiscalização (GMF).



AÇÕES:

Instalação de salas de videoconferência na Casa do Albergado;

Realização das inspeções periódicas em estabelecimentos prisionais e socioeducativos;

Elaboração dos critérios para disponibilização de vagas junto à Central de Vagas no Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo;

Criação dos Comitês Temáticos;

Criação da Equipe Multiprofissional do GMF/GO e Socioeducativo;

Diálogo com o Poder Executivo para acelerar as reformas e conclusão das obras das unidades dos Centros de Internação de Adolescentes (CASEs) de Goiás.



SALAS DE DEPOIMENTO ESPECIAL

O Projeto teve por finalidade instituir o Depoimento Especial no âmbito do Poder Judiciário goiano. As disposições legais asseguram que a instalação da Sala de Depoimento Especial exige o atendimento a uma série de elementos estruturais e de serviços, tais como: adequação do espaço físico, implantação de sistema de depoimento videogravado e capacitação dos profissionais.

74 Salas de Depoimento Especial

72 Comarcas



NÚCLEOS DE JUSTIÇA 4.0

Os “Núcleos de Justiça 4.0” têm a finalidade de informatizar a prestação jurisdicional, propiciando maior celeridade e efetividade aos serviços forenses.

Os primeiros Núcleos de Justiça 4.0 foram criados em junho de 2021. O TJGO foi destaque no âmbito da justiça estadual ao implantar, de início, dois núcleos 4.0. Posteriormente, foram implementados mais dois, quais sejam

1º NÚCLEO DE JUSTIÇA 4.0 EXECUÇÕES ESTADO DE GOIÁS

Atende as execuções propostas pelo Estado de Goiás em face dos grandes devedores.

2º NÚCLEO DE JUSTIÇA 4.0

Cuida de todas as demandas envolvendo direito à saúde em que figurem no polo passivo os municípios e os planos de saúde privados.

1º NÚCLEO DA JUSTIÇA 4.0 PERMANENTE

Analisa as demandas de competência do Juizado Especial de Fazenda Pública, com abrangência sobre a jurisdição territorial de todo o Estado de Goiás.

NÚCLEO DE JUSTIÇA 4.0 – TRIBUNAL DO JÚRI

Atua em auxílio à 1ª Vara Criminal dos Crimes Dolosos contra a Vida, Tribunal do Júri da Comarca de Aparecida de Goiânia com a realização de sessões do tribunal do júri.

NÚCLEOS DE JUSTIÇA 4.0 DO TJGO



ENCONTRO

O TJGO sediou reunião com representantes do CNJ e integrantes de tribunais do Centro-Oeste e apresentou o funcionamento do Programa Justiça 4.0 no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Goiás.



AMPLIAÇÃO DO JUÍZO 100% DIGITAL PARA TODAS AS UNIDADES JUDICIÁRIAS DE PRIMEIRO E DE SEGUNDO GRAUS DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS

Em sintonia com a orientação do CNJ, o TJGO ampliou em novembro de 2021 o projeto Juízo 100% Digital para todas as unidades judiciárias de primeiro e segundo grau de jurisdição. Com a iniciativa as partes podem optar pela realização de todos os atos processuais por meio virtual. As audiências e sessões são realizadas exclusivamente por videoconferência, bem como o atendimento é prestado também de forma remota, durante o horário de expediente forense, por telefone, por e-mail, por videochamadas, por aplicativos digitais ou por outros meios como o Balcão Virtual.

BALCÃO VIRTUAL

O Balcão Virtual disponibiliza um canal permanente de atendimento virtual aos jurisdicionados durante o horário de atendimento ao público. A ferramenta foi implantada em todas as Comarcas do Estado.



GABINETE VIRTUAL

O Gabinete Virtual foi uma iniciativa pioneira do TJGO, apresentada ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A iniciativa, criada nos moldes do Balcão Virtual, tem a finalidade de facilitar o acesso do público interno e externo ao magistrado da unidade judicial.

2.392 *webcams*

10 *notebooks*

640 *licenças para uso de serviços de videoconferência*

IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE AUDIODESCRIÇÃO DO PORTAL DO TJGO

As notícias publicadas no site e na intranet do TJGO são passíveis de audiodescrição, o que facilita aos usuários com algum grau de deficiência visual ou cegas o acesso as informações.

A Juíza Auxiliar da Presidência, Dra. Sirlei Martins da Costa, que supervisiona os projetos na área de comunicação e acessibilidade, ressalta que “essas iniciativas, além de promoverem a inclusão, fazem parte de uma série de ações desenvolvidas pela gestão do TJGO alinhadas com o objetivo 16 da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU)”. O objetivo prevê: “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à Justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”.



IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “ENTREGA LEGAL” NA COMARCA DE ANÁPOLIS

O projeto consisti na proteção de crianças em possíveis situações de vulnerabilidade, por meio da orientação e acolhimento às mães ou gestantes que manifestem o desejo de entregar o filho a doação.

ASSINATURA DE TERMO DE COOPERAÇÃO COM A FUNDAÇÃO IDEAH (INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO E AÇÃO HUMANITÁRIA) DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE CIRURGIA PLÁSTICA

O TJGO firmou parceria com a Fundação IDEAH (Instituto Para o Desenvolvimento do Ensino e Ação Humanitária) da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica para a realização de cirurgias plásticas reparadoras em mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica e familiar.



REALIZAÇÃO DE 2 (DOIS) MUTIRÃO POPRUAJUD PARA ATENDIMENTO À POPULAÇÃO DE RUA

Realização de 2 (dois) Mutirão PopRuaJud para atendimento à população de rua. Foram realizados 2 “Mutirões de Atendimento à População em Situação de Rua”, em parceria com setores públicos e privadas, nos quais foram oferecidos serviços judiciais, além de outros voltados à saúde, ao cuidado e à integração.



INSTALAÇÃO DA OUVIDORIA DA MULHER

Em agosto de 2022, o TJGO instalou a Ouvidoria da Mulher para o recebimento de manifestações e denúncias relacionadas à situação de violação de direito das mulheres.



REGIMENTO INTERNO

Também em 2022, o Órgão Especial instituiu o Regimento Interno da Ouvidoria do Poder Judiciário do Estado de Goiás atendendo a Resolução CNJ nº 432/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que delibera sobre as atribuições, organização e funcionamento das Ouvidorias dos Tribunais, da Ouvidoria Nacional de Justiça, dentre outras providências.



PACTO PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

O Pacto Nacional pela Primeira Infância tem o objetivo de estimular a proteção e a promoção dos direitos ao desenvolvimento humano integral às crianças na idade de zero a seis anos. Nessa perspectiva, foi instituído o Comitê Goiano do Pacto Nacional pela Primeira Infância, do qual o TJGO é integrante, destinado a sensibilizar os municípios a se engajarem no esforço nacional de promoção e defesa dos direitos das crianças.

A partir disso, esse Comitê criou o Prêmio Pacto Pela Primeira Infância, que irá agraciar municípios do Estado de Goiás que contribuíram para o cumprimento do Pacto Nacional pela Primeira Infância e da Lei nº 13.257/2016, conhecida como Marco Legal da Primeira Infância.



INAUGURAÇÃO DA PRIMEIRA BRINQUEDOTECA EM UNIDADE PRISIONAL

O TJGO inaugurou a primeira brinquedoteca em um presídio do País construída com base no Amparando Filhos, programa que tem como objetivo proteger e amparar integralmente, de forma humanizada, os filhos de reeducandos por meio de um espaço lúdico, cheio de cor e de vida. A brinquedoteca está instalada na Unidade Prisional de Alexânia.



CARTA DE SERVIÇOS PÚBLICOS AO CIDADÃO

O Poder Judiciário goiano promoveu a atualização da Carta de Serviços ao Usuário, observando as disposições da Lei Federal nº 13.460/2017, para promoção da participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública. A ação também seguiu as diretrizes do Ranking da Transparência do Poder Judiciário, instituído pelo CNJ, e, ainda, pelo Prêmio Goiás Mais Transparente iniciativa da CGE/GO e TCE/GO.

Ao fim, obteve-se o catálogo atualizado dos serviços disponibilizados pelo Poder Judiciário goiano, contendo: o nome do serviço, descrição, definições das prioridades legais, formas de solicitação e de atendimento, prazos de entrega, taxas e custos, *hiperlink* para acesso eletrônico e as áreas responsáveis (administrativa e/ou jurisdicional), respectivamente.







GESTÃO ADMINISTRATIVA E GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

GESTÃO ADMINISTRATIVA E GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

REESTRUTURAÇÃO JUDICIÁRIA

A gestão do Biênio 2021/2023 implementou mudanças na organização judiciária do Poder Judiciário, com o intuito de modernizar e aprimorar os serviços prestados à sociedade.

VARAS INSTALADAS

ATO NORMATIVO	COMARCA	UNIDADE JUDICIÁRIA INSTALADA
RESOLUÇÃO 163, DE 8 DE SETEMBRO DE 2021	<i>Catalão</i>	2ª vara criminal (crimes em geral, crimes dolosos contra a vida e presidência do tribunal do júri, e crimes envolvendo violência doméstica)
RESOLUÇÃO TJGO Nº 169, DE 27 DE OUTUBRO DE 2021	<i>Senador Canedo</i>	2ª Vara Criminal (crimes em geral, crimes dolosos contra a vida e Presidência do Tribunal do Júri e crimes envolvendo violência doméstica (Lei nº 11.340/06)
RESOLUÇÃO TJGO Nº 177, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021	<i>Goianésia</i>	2ª Vara Criminal (crimes em geral, crimes dolosos contra a vida e Presidência do Tribunal do Júri e crimes envolvendo violência doméstica (Lei nº 11.340/06)
RESOLUÇÃO TJGO Nº 178, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021	<i>Goiânia</i>	4º Juízo do 1º Núcleo de Justiça 4.0 Permanente – especializado em feitos de competência dos Juizados Especiais de Fazenda Pública
RESOLUÇÃO TJGO Nº 185, DE 9 DE MARÇO DE 2022	<i>Hidrolândia</i>	2ª Vara Judicial (Fazendas Públicas, Criminal, Execução Penal e Juizado Criminal)
RESOLUÇÃO TJGO Nº 189, DE 11 DE ABRIL DE 2022	<i>Rubiataba</i>	2ª Vara Judicial (Fazendas Públicas, Criminal, Execução Penal e Juizado Criminal)
RESOLUÇÃO TJGO Nº 183, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022	<i>Aparecida de Goiânia</i>	3ª Vara de Família e Sucessões
RESOLUÇÃO TJGO Nº 194, DE 11 DE MAIO DE 2022		4ª Vara Criminal

COMARCAS COM ALTERAÇÃO NAS UNIDADES JUDICIÁRIAS

Águas Lindas de Goiás

Aparecida de Goiânia

Caldas novas

Catalão

Formosa

Goianésia

Goiânia

Goiás

Hidrolândia

Itaberaí

Itumbiara

Jaraguá

Luziânia

Minaçu

Nerópolis

Niquelândia

Novo Gama

Planaltina

Rio verde

Rubiataba

Senador Canedo

Trindade

Valparaíso de Goiás

7 COMARCAS ELEVADAS À ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA

As Comarcas de Anicuns, Aragarças, Caiapônia, Guapó, Hidrolândia, Nerópolis e Rubiataba foram elevadas à entrância intermediária conforme Resolução nº 201, aprovada em julho de 2022 pelo Órgão Especial do TJGO. O elevado movimento processual destas Comarcas, e o interesse pela prestação jurisdicional mais célere, motivou a Presidência a elaborar a proposta de alteração.



PADRONIZAÇÃO DA TPU DEMONSTRA ALTA PRODUTIVIDADE DO TJGO

Uma força-tarefa foi criada para atuar nas unidades judiciárias do 1º e 2º grau de jurisdição, identificando e saneando as inconsistências das atividades vinculadas aos andamentos dos processos judiciais e, procedendo a adequação dos assuntos, classe e movimentos, em conformidade com o disposto na Tabelas Processuais Unificadas (TPU) do CNJ. As tarefas de padronização das TPU/CNJ corrigiram mais de meio milhão de inconsistências e atualizaram 42.460 assuntos. A execução desta atividade foi essencial porque as inconsistências afetam os mecanismos de mensuração da produtividade pelo CNJ e, ainda, impactam negativamente no planejamento de ações estratégicas internas do TJGO. Por fim, o conhecimento correto dos números, possibilitou o reconhecimento do trabalho executado pelos magistrados, magistradas, servidores e servidoras do Poder Judiciário goiano.

OUTRAS AÇÕES:

Definição de estratégias para realizar correções e saneamentos no Banco de Dados do Projudi/PJD;

Acompanhamento das unidades judiciárias quanto aos saneamento das classes, assuntos e movimentos dos processos;

Estruturação de painéis internos de acompanhamento.

500 MIL inconsistências corrigidas

42 MIL assuntos atualizados



APRIMORAMENTO DA GESTÃO DOCUMENTAL

O TJGO promoveu mudanças na gestão documental do 1º e 2º graus.

CONFIRA AS PRINCIPAIS:

Criação e estruturação da Unidade de Gestão Documental (UGD);

Política Arquivística para eliminação/descarte de processos e documentos judiciais e administrativos, gerando economia e preservação da memória;

Implementação do Repositório Arquivístico Digital Confiável – RDC- ARQ/CNJ;

Regulamentação dos procedimentos de trabalho para descarte de processos judiciais;

Publicação do Manual de Transferência de Documentos para Tratamento no Arquivo Central;

Implementação do procedimento para eliminação de processos físicos digitalizados e migrados para o Processo Judicial Digital – Projeto RenovArq.



INOVAJUS ESPAÇO COLABORATIVO PARA INOVAÇÃO NO JUDICIÁRIO

O Laboratório de Inovação e Inteligência (InovaJus) do TJGO foi criado para ser um ambiente colaborativo de trabalho, cuja missão é auxiliar a gestão do conhecimento dos diversos atores da Justiça para a convergência de soluções que auxiliem o aprimoramento do Poder Judiciário goiano. O espaço utiliza métodos de pesquisa, estudo e desenvolvimento de projetos e soluções inovadoras para auxiliar no cumprimento dos Objetivos Estratégicos e Metas Nacionais e Institucionais e no aprimoramento da prestação jurisdicional e administrativa.







RESUMO DAS AÇÕES

2021

2 oficinas temáticas com a participação de 9 magistrados e 31 servidores

2 palestras com mais de 2.600 acessos

2 lives com mais de 480 acessos

Capacitação em inovação com a participação de 6 magistrados e 28 servidores

Instituição do Comitê Gestor e do Comitê Executivo de Inovação e Inteligência

Promoção do edital de novas ideias com 27 propostas recebidas

Criação da Página do Inovajus

2022

7 oficinas temáticas com a participação de 14 magistrados e 85 servidores

2 convênios com universidades sobre sistemas e inteligência artificial

7 termo de cooperação para uso da linguagem simples no sistema de Justiça

7 palestra com mais de 400 acessos

Inauguração do espaço físico do laboratório

4 capacitações externas em inovação com a participação de 25 servidores





EVENTOS

Innovation Today

Webinário TJGO nas Trilhas da Inovação

Live sobre “Inovações Tecnológicas na Justiça – O que esperar para 2022”

Live sobre “Gabinete Virtual e inovações do Projudi”

OFICINAS

Definição da missão, visão e valores do laboratório

Berna

Parcerias com Tribunais de Justiça Estaduais para implantação da Berna

Aplicação do Visual Law no TJGO

Grupo de trabalho de Linguagem Simples

Redução do Consumo de água e energia

Criação do Armazém de Dados

Prêmio TJGO de Produtividade

TJGO por Elas

Plantão Judicial Estadual

AÇÕES

Capacitação em Inovação

Edital de novas ideias

Projeto Simplificar 5.0

Convênio Unemat

Semana de Inovação 2022

Convênio com UFG – Simplificar IA

Palestra sobre Inteligência Artificial

Entrevista com pesquisador da Universidade de Brasília

Aprovação do espaço físico e projeto arquitetônico do laboratório

Participação no Expojud



ARMAZÉM DE DADOS (DATA WAREHOUSE)

A construção do Armazém de Dados único possibilita a centralização e consolidação da grande quantidade de dados históricos de várias fontes e elimina os ruídos e divergências, conferindo maior uniformidade, agilidade, integridade e transparência institucional. As informações de negócios desses dados permitem uma tomada de decisão mais efetiva, aprimora a prestação de informações ao CNJ e aperfeiçoa a atuação de magistrados e de servidores em cada unidade jurisdicional.

NORMATIZAÇÃO DE HONORÁRIOS PERICIAIS

Ações para aprimorar o pagamento dos valores devidos aos serviços de perícia de responsabilidade de beneficiário da gratuidade da justiça, no âmbito do primeiro e segundo graus de jurisdição, em conformidade com tabela da Resolução CNJ nº 232/2016.

APRIMORAMENTO DO ACESSO AO SEGUNDO GRAU

No biênio 2021/2023, o Órgão Especial aprovou resolução (Resolução TJGO nº 171/2021) que consolidou os atos normativos que tratavam do Acesso ao Segundo Grau, mediante Promoção por Merecimento, Remoção e Permuta, com a finalidade de dar mais transparência ao processo de movimentação das magistradas e dos magistrados na carreira.



ADESÃO AO PROGRAMA NACIONAL DE PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO

O TJGO aderiu ao protocolo de intenções formulado pela Rede de Controle da Gestão Pública, que conta com cerca de 18 mil organizações federais, estaduais e municipais, do qual sobreveio o Programa Nacional de Prevenção à Corrupção, operacionalizado por meio da plataforma e-prevenção, sob a gestão do Tribunal de Contas da União. Além disso, já estão em andamento medidas voltadas para implantação do programa de integridade, o que destacará a qualificação do TJGO dentro do programa de prevenção e combate à corrupção no cenário brasileiro.

Nível Avançado:

Gestão Ética, Integridade e Transparência

Nível Aprimorado:

Canal de Denúncias e Controle Interno/
Auditoria Interna

BANCO DE HABILITADOS PARA CITAÇÕES ELETRÔNICAS

O TJGO cadastrou e habilitou as procuradorias municipais e grandes empresas para fins de citação eletrônica no Sistema de Processo Judicial Digital. A citação eletrônica traz agilidade ao processo; é gratuita e efetivada em tempo real. Os pedidos são feitos pelos entes e direcionados ao presidente do TJGO.

TJGO RECEBE ENCONTRO DO CONSELHO DE PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO BRASIL

O TJGO foi o anfitrião do 3º Encontro do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil (Consepre), realizado em agosto de 2022. O evento reuniu, pela primeira vez em Goiânia, as desembargadoras e os desembargadores que chefiam o Poder Judiciário de todos os estados da Federação. As atividades foram conduzidas pelo então presidente do Consepre e do TJPR, desembargador José Laurindo de Souza Netto, e pelo presidente do TJGO, desembargador Carlos França. Na ocasião foi divulgada a “Carta de Goiânia”.





**CARLOS FRANÇA NA
PRESIDÊNCIA DO
CONSEPRE**

Em novembro de 2022, no 5º Encontro do Consepre, realizado em Bonito, no Mato Grosso do Sul, o chefe do Poder Judiciário goiano, desembargador Carlos França, foi eleito, por aclamação, presidente do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil. Ele assumiu a Administração em janeiro de 2023.



POLÍTICAS JUDICIÁRIAS

COMISSÕES E COMITÊS QUE COMPÕE A POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS DO PODER JUDICIÁRIO GOIANO

Comissão Especial de Direitos Humanos;

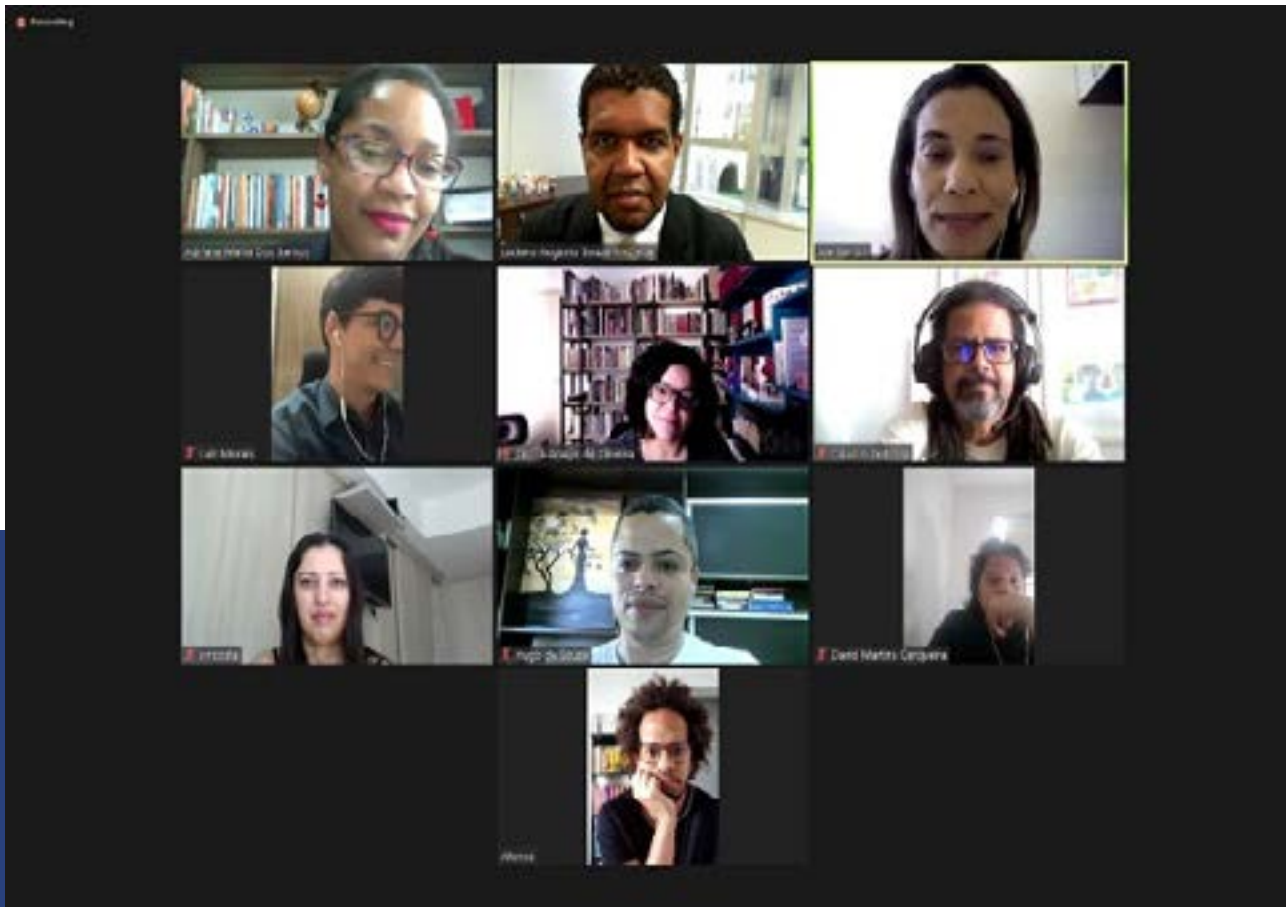
Comitê de Incentivo à Participação Feminina;

Comitê de Equidade e Diversidade de Gênero;

Comitê de Igualdade Racial;

Comissão Permanente de Acessibilidade e In-
clusão; e,

Comitê de Acesso à Justiça.



GRUPO JUSTIÇA EM NÚMEROS (JN)

Promove deliberações para a interpretação e aplicação dos glossários e parametrizações impostas pelo CNJ nas unidades administrativas do TJGO;

Executa a extração e compilação de dados dos sistemas processuais e das áreas administrativas do TJGO;

Encaminha os dados do Justiça em Números para o CNJ;

Realiza comparações dos dados extraídos dos sistemas processuais com os dados da Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (DataJud).

GRUPO DE METAS NACIONAIS

Realiza a construção de painéis específicos em auxílio às unidades judiciárias;

Promove constantes deliberações para a interpretação e aplicação dos glossários e parametrizações das Metas Nacionais do Poder Judiciário;

Desempenha a extração e compilação de dados dos sistemas processuais e das áreas administrativas;

Encaminha os dados das Metas Nacionais do Poder Judiciário para o CNJ;

Compara os dados extraídos dos sistemas processuais com os dados do DataJud.

GRUPO MPM (MÓDULO DE PRODUTIVIDADE MENSAL)

Executa correções nas nomenclaturas das unidades judiciárias;

Atualiza metadados requisitados pelo CNJ, para as unidades judiciárias;

Encaminha dados para o CNJ e acompanha as cargas realizadas;

Acompanha os novos cadastros de unidades judiciárias;

Faz adequações dos critérios solicitados pelo Prêmio CNJ de Qualidade.

GRUPO DO COMITÊ DO ARMAZÉM DE DADOS

Realiza a construção de painéis específicos para atendimento do novo armazém de dados;

Promove constantes deliberações e reuniões para definição e organização dos dados relacionados aos vários sistemas do Tribunal de Justiça, bem como de outros órgãos que são necessários para o mesmo;

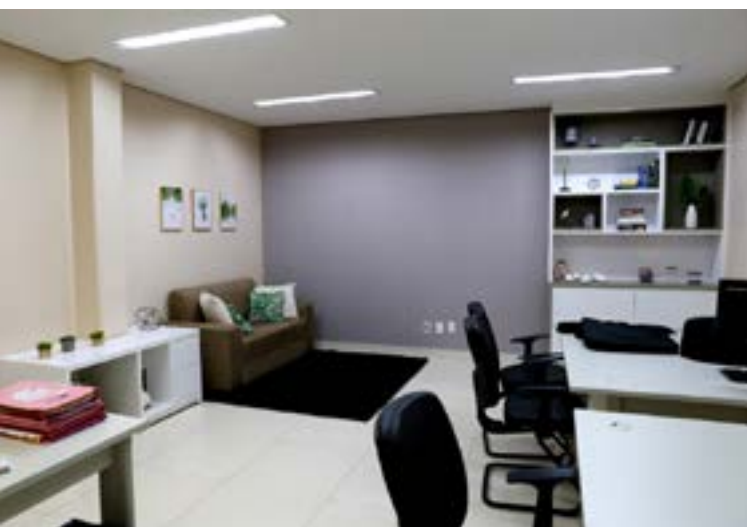
Consolidação dos dados dos diversos Sistemas;

Manutenção e gerenciamento de servidores e serviços relacionados ao armazém de dados;

Validação dos dados.

NÚCLEO DE JUSTIÇA RESTAURATIVA

Em cumprimento à Política Pública Nacional de Justiça Restaurativa, o TJGO implementou o Núcleo de Justiça Restaurativa (NUCJUR) como órgão central de macrogestão. Dois Centros de Justiça Restaurativa oferecem programas para apoio às varas de competência criminal: CEJURE Goiânia e CEJURE Goianésia.



PROGRAMA PILARES

Importante ação da política de Justiça Restaurativa que viabiliza, em parceria com diversas secretarias municipais de educação, a cultura de paz e princípios de Justiça Restaurativa para o ambiente escolar.

OUTRAS AÇÕES

Círculos de construção de paz em unidades prisionais;

Oficinas para condenados por crimes de trânsito;

Aplicação de práticas restaurativas nas Varas da Infância e Juventude;

Atendimento especializado às mulheres vítimas de violência doméstica;

Plano de expansão da Justiça Restaurativa;

Capacitação em Justiça Restaurativa;

Fórum Permanente de Justiça Restaurativa;

Interlocução com outros órgãos e instituições;

Atendimento de vítimas idosos e deficientes físicos na Vara de Hipervulneráveis;

Iniciativa "Além da Punição".

70 MIL

atendimentos nos CEJURES Goiânia e Goianésia

74 MIL

atos do Programa Pilares

758

atendimentos nos Juizados da Infância e Juventude

PRIORIZAÇÃO DO 1º GRAU

O TJGO realizou, em 2021, o 1º Encontro Estadual do Comitê Orçamentário e de Priorização ao 1º Grau de Jurisdição, que teve por objetivo ouvir magistrados e servidores do primeiro grau, colhendo reclamações e sugestões de melhoria. Também foi elaborado via web um questionário de pesquisa no mesmo sentido. O Comitê deliberou sobre as sugestões como forma de auxílio à administração do TJGO na solução dos problemas apresentados. As sugestões de melhoria estão em tratativas por meio das unidades administrativas responsáveis pelas respectivas áreas de atuação.



CUSTAS JUDICIAIS

O Comitê Gestor de Custas apresentou projeto de lei para revogar o artigo 38-B da Lei Estadual nº 14.376/2002, que trata do Regimento de Custas e Emolumentos da Justiça do Estado de Goiás, o qual restringia o parcelamento das custas processuais e o acesso à justiça. Em razão do projeto de lei apresentado, foi sancionada a Lei Estadual nº 21.113/2021.

O Comitê também deu iniciativa ao projeto de desenvolvimento e implantação do novo módulo cobrança do Sistema de Arrecadação Judicial (SAJ), em fase avançada de desenvolvimento e que cuidará da gestão das custas processuais finais pendentes de pagamento, objetivando o aumento da arrecadação.

Por meio do Comitê Gestor de Custas também foram realizados estudos e implantado, no Sistema Projudi, o *template* para geração da guia e arrecadação das custas processuais dos processos que tramitam nos Juizados Especiais Criminais, evitando a evasão de receita.

OUTRAS AÇÕES DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviço de Vigilância Eletrônica (73 Comarcas; 2.100 equipamentos tecnológicos);

Renovação da frota com aquisição de veículos mais eficientes, menos poluentes e com menor consumo de combustível;

Implantação do Sistema de Controle de Bens;

Gestão dos Depósitos Judiciais vinculados aos processos judiciais findos;

Aprovação do Manual de Procedimentos de Auditoria e Consultoria.

ATENÇÃO À SAÚDE

A segunda edição da Revista do Comitê Estadual de Goiás do Fórum Nacional de Saúde do CNJ foi publicada em 2022 e valida os dados do trabalho do Natjus no ano de 2021, período em que a mobilização mundial foi posicionada para o enfrentamento da Covid-19, uma emergência de saúde pública internacional. Nos dados apresentados na publicação é possível observar aumentos estatísticos significativos nos dados relativos à judicialização da saúde em Goiás, com aumento significativo das consultas realizadas, bem como do número de magistrados consulentes, que expressa um quantitativo de 306 juizes em 2021, em contraste aos 283 registrados em 2020.

Também incrementa as estatísticas da segunda edição da revista do Comitê Executivo de Saúde do CNJ, uma vez que o número de pareceres atingidos em 2021, contabilizando 2.907, é progressivamente maior do que os 2.081 pareceres realizados no ano de 2020.

2.907 pareceres

306 magistrados consulentes



AÇÕES DE INFRAESTRUTURA

Instalação do Cejusc Criminal no Fórum Criminal Felelon Teodoro Reis;

Instalação da UPJ do Crime Organizado;

Instalação de Parlatórios no Fórum Criminal Felelon Teodoro Reis para comunicação entre advogados e presos, com divisórias em vidro e interfone para o adequado distanciamento social;

Sistemas de Segurança em implantação com monitoramento por meio da Central instalada no Complexo do TJGO;

Implantação do Núcleo de Custódia no Fórum Criminal Felelon Teodoro Reis;

Finalização da revitalização e adequação da calçada do entorno do TJGO e entrada acessível pela Rua 10, com ações para recuperação e preservação de elementos naturais e aumento de áreas verdes para melhoria da infiltração das águas pluviais;

Instalação de salas para videoconferência para presos em cumprimento de medidas restritivas de liberdade na Casa do Albergado em Goiânia;

Estacionamento e Acessibilidade do fórum de Itumbiara

Adequação da sede provisória do Juizado da Infância e Juventude da Comarca de Anápolis;

Obras em fase de finalização: reforma e ampliação dos fóruns das Comarcas de Mineiros e de Bom Jesus de Goiás;

Adequação do Complexo do TJGO para acréscimo de 10 desembargadores;

Adequação do Complexo do TJGO para comportar o acréscimo de 26 desembargadores (em andamento);

Instalação/implantação e início do funcionamento de 72 salas de Depoimento Especial até janeiro de 2023 em diversas Comarcas do Estado;



Construção e início do funcionamento do Sistema de energia elétrica alternativa em 11 Comarcas;

Obra em construção: prédio dos Tribunais do Júri de Goiânia;

Implantação de modernização de sistemas de áudio com processamento digital, sistema de videoconferência e multiconferência, de visualização e interatividade de imagens em ambientes diversos do Complexo do TJGO;

Ordem de serviço para início da reforma do fórum da Comarca de Catalão e reforma e ampliação do fórum da Comarca de Nerópolis;

Adequação para instalação da UPJ dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;

Adequação para instalação do Núcleo da Justiça 4.0 – Juizado Especial da Fazenda Pública no Fórum Cível de Goiânia;

Adequações físicas para instalação do Inovajus;

Adequações no fórum da Comarca de Hidrolândia para implantação da 2ª Vara Judicial;

Adequações físicas para a instalação do 2º Juizado Especial Cível de Goiânia no Fórum Cível;

Adequações no Anexo I do TJGO (prédio da Rua 19) para funcionamento de diversas unidades administrativas do TJGO;

Adequações para instalação da 2ª Vara Criminal da Comarca de Goianésia.







TIC E PROTEÇÃO DE DADOS

TIC E PROTEÇÃO DE DADOS

TJGO ENTRE OS 10 MELHORES DO PAÍS NO IGOVTIC-JUD

O IGOVTIC-Jud é um indicador criado pelo Conselho Nacional de Justiça para mensurar os índices de governança institucional dos Tribunais Brasileiros.

Evolução do TJGO no indicador:

ANO	NÍVEL DE MATURIDADE	RANKING DA JUSTIÇA ESTADUAL
2021	Aprimorado	13º
2022	Excelência	10º



PARA OBTER OS RESULTADOS, A ATUAL GESTÃO EMPREENDEU DIVERSAS AÇÕES VISANDO ATENDER E ACOMPANHAR AS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS, TAIS COMO:

Implantação da Sessão Virtual nas Turmas Recursais;

Implantação da Sessão Virtual nas Câmaras Criminais e Seção Criminal;

Desenvolvimento de funcionalidade de distribuição automática para o 2º Grau no Sistema Projudi;

Implantação de sistema de Gestão Documental;

Contratação de nova fábrica de *software*;

Desenvolvimento do Gabinete Acessório no Sistema Projudi;

Implantação da Justiça 4.0 no Sistema Projudi;

Integração do Projudi com o BNPR (Banco Nacional de Precedentes)

Contratação da solução de impressão no modelo *outsourcing*;

Ampliação da estrutura de backup e segurança de dados;

Redundância de link de dados em 22 Comarcas e aquisição de novo antispam;

Contratação de suporte a serviços de TI;

Contratação de consultoria para implementação de uma estrutura de Gestão de Riscos;

Aquisições de Soluções Microsoft;

Aquisição de Computadores Servidores;

Reestruturação do serviço de teleatendimento: aquisição de solução de Contact Center, promovendo atendimentos por meio de diferentes canais de atendimento como e-mail, chat, Whatsapp, Facebook Messenger, redes sociais.



MELHORIAS NO SISTEMA PROJUDI CONTEMPLAM PÚBLICOS INTERNO E EXTERNO

Nesta gestão, o sistema Projudi passou por melhorias significativas no intuito de dar respostas às demandas apresentadas pelos públicos interno e externo.

INOVAÇÕES:

Campo para inclusão do Nome Social;

Campo para indígena;

Movimentações-Tipo;

Ferramenta de sessão virtual nas Turmas Recursais;

Distribuição automatizada no 2º grau;

Movimentação em lote no Gabinete com fluxo;

Melhoria do campo consulta;

Gabinete de auxílio;

Sessão virtual em HC e MS;

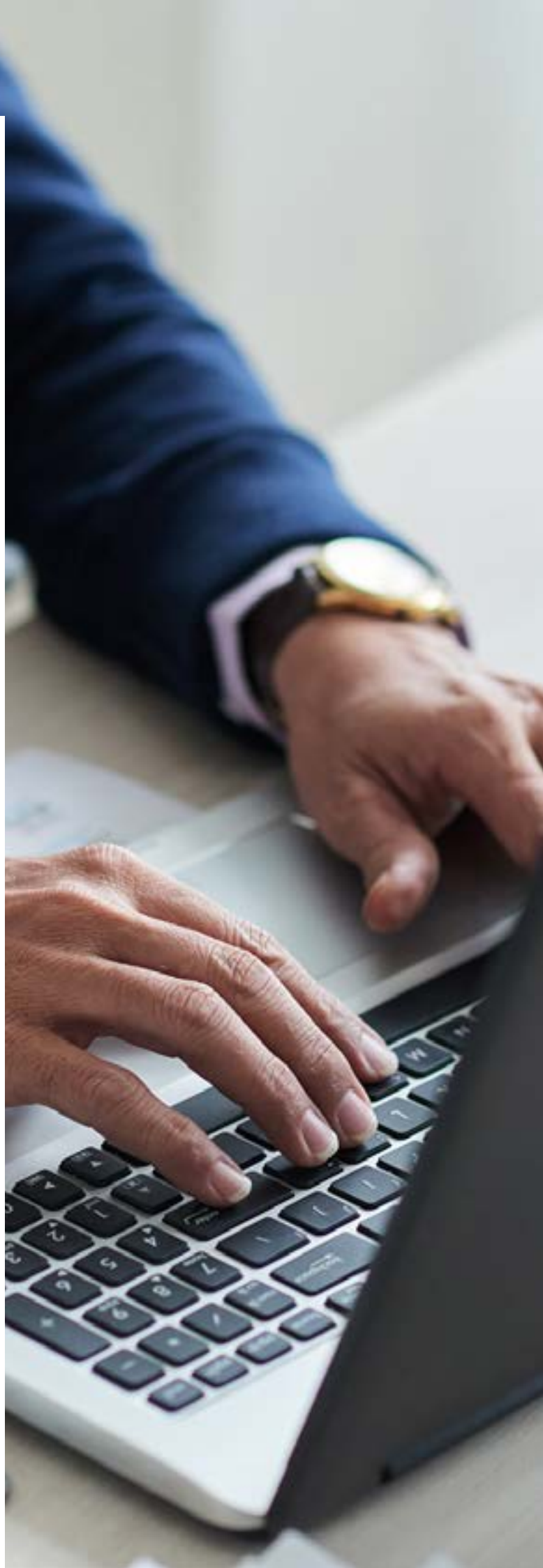
Melhorias no E-carta;

Pendência de documento assinado e réu citado;

Reorganização da tela inicial do PROJUDI (ícone consumidor.gov);

Adequação do Relatório Sumário dos dados estatísticos da conciliação;

Acessibilidade para deficientes visuais.



IMPLANTAÇÃO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD

O Decreto Judiciário nº 783/2022 estabeleceu o fluxo para atendimento aos titulares de dados pessoais, em possíveis afrontas à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – Lei nº 13.709/2018. Estão em desenvolvimento diversas outras ações para implantar, integralmente, a LGPD, entre elas o Workshop LGPD.



PROJETO DE GRAVAÇÃO DAS SUSTENTAÇÕES ORAIS FOI PIONEIRO NA JUSTIÇA ESTADUAL

Implantação da ferramenta tecnológica de Sustentação Oral Gravada, que permite aos advogados das partes, Ministério Público, Procuradorias Públicas e Defensoria Pública o encaminhamento de sustentações orais por meio eletrônico após inclusão da pauta no sistema Processo Judicial Digital (PJD). O projeto foi pioneiro entre os tribunais estaduais brasileiros e atende recomendação do CNJ.



INOVAÇÕES EM SISTEMAS E DADOS ESTATÍSTICOS

Sistema para cálculo automático da tri-média para aferição do merecimento para promoção de magistrados e acesso aos tribunais de 2º grau, resolução 426/2021-CNJ;

Sistema de plantão judicial do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás;

Painéis estatísticos em atendimento a resoluções do CNJ e ao Prêmio CNJ de qualidade;

Adequações a Resolução 332/2021-CNJ para envio de dados ao Datajud;

Sistema para acesso ao Datajud do CNJ;

A Berna IA foi evoluída para realização de diversas automações diretamente no Projudi;

Sistema de Relotação e Permuta de Servidores do TJGO;

Sistema para gerenciamento e alimentação dos dados para o Índice de Desenvolvimento Sustentável;

Parcerias com Tribunais de Justiças Estaduais para utilização da solução de IA do TJGO (Berna): TJMA, TJCE, TJSE e TJPA;

Atendimento às Resoluções e Portarias para o Datajud e Prêmio CNJ de Qualidade;

Comissões e grupos de trabalho para atender os critérios e quesitos do Prêmio CNJ de Qualidade: Grupo TPU; Grupo MPM (Módulo de Produtividade Mensal); Grupo Justiça em Números (JN); Grupo de Metas Nacionais; Grupo do Comitê do Armazém de Dados.



OUTRAS AÇÕES DE TIC E PROTEÇÃO DE DADOS

Aquisição de solução de segurança em ambiente virtualizado (segurança);

Aquisição de solução de virtualização de rede;

Aquisição de solução de visibilidade de redes em ambiente virtual (segurança);

Aquisição de solução armazenamento e correlacionamento de logs (segurança);

Aquisição de solução para monitoramento de capacidade de infraestrutura;

Aquisição de expansão da solução de rede wifi e evolução do sistema de gerenciamento (segurança);

Aquisição de expansão de trocas de ativos de rede (aumento de performance);

Aquisição de nova solução de rede SAN (aumento de performance);

Aquisição de solução de monitoramento e auditoria do ambiente Microsoft;

Instalação de salas passivas;

Instalação de 68 salas de depoimento especial;

Aquisição de solução de gestão de credenciais elevadas;

Aquisição de solução para hospedagem de aplicação em contêiner;

Aquisição de solução robotizada para bibliotecas de fitas de backup;

Aquisição de solução de segurança para banco de dados Oracle;

Aquisição de solução de particionamento de banco de dados Oracle;

Contratação de banco de dados Oracle como serviço (EXACC);

Aquisição de serviços de *outsourcing* de impressão;

Aquisição de serviços de suporte às equipes de gestão tecnológica;

Aquisição de serviços de webconferência, webinar e streaming de áudio/vídeo;

Atualização tecnológica do parque computacional do Poder Judiciário.





GESTÃO DE PESSOAS

GESTÃO DE PESSOAS

POLÍTICA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO MORAL, DO ASSÉDIO SEXUAL E DA DISCRIMINAÇÃO

Essa política busca prevenir e combater todas as práticas de assédio sexual, moral e discriminação que possa afetar a integridade física e psíquica de magistrados, servidores, estagiários e colaboradores terceirizados.



AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA COMISSÃO DE COMBATE A ASSÉDIO E DISCRIMINAÇÃO:

Capacitação por meio de Círculos de Justiça Restaurativa e de Construção de Paz;

Realização de *live* com o tema Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no Poder Judiciário;

Roda de Conversa sobre o tema: Como Enfrentar a Violência Laboral e o Assédio Moral no Trabalho: Lições Práticas;

Lançamento da cartilha “Assédio Moral, Sexual e Discriminação no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás”;

Curso “O Código de Ética e a Prevenção do Assédio Moral, Assédio Sexual e Discriminação no âmbito do TJGO”;

Semana de Combate ao Assédio e à Discriminação;

Live com o juiz Gustavo Baratella para tirar dúvidas sobre o tema.



TELETRABALHO

A Resolução nº 175/2021 instituiu novas regras para realização do teletrabalho no âmbito do TJGO e dentre os objetivos estão: promover a cultura orientada a resultados, com foco no incremento da eficiência e da efetividade dos serviços prestados à sociedade; ampliar a possibilidade de trabalho àqueles com dificuldade de se locomover, promovendo, ainda, a economia de tempo e redução de custos de deslocamento até o local de trabalho e o aumento da produtividade e qualidade do trabalho. São requisitos para o teletrabalho: definição de metas de desempenho no âmbito de cada unidade, alinhadas ao Plano Estratégico do TJGO, e a elaboração de plano de trabalho.



OUTRAS AÇÕES DE GESTÃO DE PESSOAS

Instituição do Código de Ética dos Servidores do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás;

Campanhas de vacinação contra a Influenza (vírus H1N1): 12.231 doses aplicadas;

Dois processos seletivos de relotação: 55 servidores e servidores relatados;

Contratação de 1.064 estagiários, sendo 82 em nível de pós-graduação;

Realização das campanhas para arrecadação de mais de 1.700 cobertores e aproximadamente 600 cestas de alimentos;

Participação nas atividades voltadas à comemoração do Dia do Servidor;

Campanha Outubro Rosa;

Corrida da Justiça, com doação de alimentos pelos mais de 500 participantes;

Ação do Centro Educacional Infantil Desembargador Mauro Campos: arrecadação de mais de 1.000 itens de livros e brinquedos;

Campanha Natal Solidário para os filhos dos funcionários terceirizados (arrecadação de 194 Kits escolares e 72 brinquedos);

Cantata de Natal 2021 e 2022;

Campanha “Doação de Sangue na Justiça”, em parceria com o Hemocentro de Goiás;

Campanha para arrecadação de agasalhos e cobertores;

Semana do Meio Ambiente;

Acréscimo de 41% no valor da bolsa de estágio;

Palestra com o professor Mario Sergio Cortella, com o tema “Gratidão: Por que devemos cultivá-la?”.









SUSTENTABILIDADE

SUSTENTABILIDADE

EDITAL DE PROJETOS DE SUSTENTABILIDADE

Na busca por iniciativas que impulsionam a redução de gastos com recursos ambientais e insumos e o desenvolvimento de ações que promovam a sustentabilidade, o TJGO lançou edital de chamamento público para selecionar projetos de sustentabilidade. Magistratura, servidores e colaboradores puderam apresentar ideias, das quais três foram selecionadas para compor o Plano de Logística Sustentável – Biênio 2021/2023:

- 1** instalação de uma estação de captação para o reaproveitamento de água das chuvas e a colocação de tubulação para colher a água dos aparelhos de ar-condicionado;
- 2** inserção de Painéis de Alumínio Composto (ACM) e de termobrise metálico nas fachadas do Fórum Criminal da Comarca de Goiânia;
- 3** conserto de computadores que não são mais úteis ao TJGO para doá-los a Pontos de Inclusão Digital.

Após a elaboração da proposta arquitetônica, o projeto de inserção de painéis de alumínio composto (ACM) e de termobrise metálico nas fachadas do Fórum Criminal da Comarca de Goiânia foi inserido no programa de reforma do prédio do Fórum Desembargador Fenelon Teodoro Reis (Fórum Criminal).



OUTRAS AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE:

Descarte adequado e encaminhamento para reciclagem de 131.912 kg de resíduos de papel, plástico, vidro e metal. O material foi doado para cooperativa de catadores.

Projeto piloto para coleta da borra de café do Fórum Cível, da Comarca de Goiânia, e doação do resíduo para o Viveiro Municipal, com a finalidade de produção de adubo por meio de compostagem. O projeto recolheu 2.240 kg de borra de café, coletados de julho a dezembro, mais de duas toneladas de resíduos.

Realização da Semana do Meio Ambiente 2022: palestras e um ponto de coleta de recicláveis com a parceria do Movimento Lixo Zero.

Iniciado processo de adesão ao GHG Protocol, da Fundação Getúlio Vargas, com o objetivo de capacitar e certificar o TJGO para inventariar, identificar e neutralizar a emissão de gases de efeito estufa, fazendo a gestão da pegada de carbono do judiciário goiano, e também o processo de implementação do Guia de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

ENERGIA SOLAR: ECONOMIA E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Em 2022, TJGO e CelgPar firmaram parceria inédita para prestar serviços de assessoramento, operação e manutenção, bem como a gestão das contas de energia da 1ª usina fotovoltaica do Tribunal de Justiça.

A ação representa a segunda fase do projeto para autossuficiência energética do TJGO. O Tribunal goiano já implantou energia fotovoltaica on grid (pequenas usinas geradoras de energia elétrica por meio da energia solar) em 19 unidades judiciárias da capital e do interior: Complexo do TJGO, Fórum Cível, Fórum Criminal e 16 Comarcas: Goiatuba, Corumbá, Piracanjuba, Nazário, Santa Helena de Goiás, Senador Canedo, Formosa, Catalão, Goiás, Mossâmedes, São Domingos, Buriti Alegre, Varjão, Firminópolis, Itajá e Piranhas. Por meio da contratação foi possível instalar 3.302 placas com capacidade para gerar 140.000 kWh por mês, com uma econômica média de quase R\$ 500 mil por ano (R\$ 480.000,00).





ACESSIBILIDADE



ACESSIBILIDADE

TODOS POR TODOS NO TJGO 2022

A Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão e a Ejug realizaram o evento “Todos por Todos no TJGO 2022 – ciclo de palestras sobre acessibilidade”. Ao todo foram realizados cinco eventos, com participação de 1.500 pessoas entre públicos interno e externo.

30 DE SETEMBRO: palestras do Professor Emílio Carlos Figueira (psicólogo, psicanalista e teólogo); Cláudio de Castro Panoeiro (Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência); Priscila Lopes da Silveira (Juíza de Direito da Comarca de Cristalina);

07 DE OUTUBRO: tema: “Política de Acessibilidade para pessoa com deficiência”, com palestrantes Marta Gil e Rita Mendonça;

26 DE OUTUBRO: “Políticas públicas e controle social”, com Isabel Maior;

09 DE NOVEMBRO: “Empatia como Prática”, com Claudia Wernec;

24 DE NOVEMBRO: “Barreiras atitudinais: como construir uma sociedade mais justa e inclusiva?”, com Luiza Cabistani.







FORUM



CULTURA

CULTURA

A Comissão de Memória e Cultura do TJGO, presidida pelo desembargador Itaney Francisco Campos, que em abril desse ano assumiu a presidência do TRE-GO deixando o desembargador Luiz Cláudio Veiga Braga como presidente interino, promoveu uma série de eventos nesses dois anos, entre exposições, palestras e lançamentos de livro, ações que valorizaram a arte, a música e a literatura, além de preservar a memória do Poder Judiciário e estimular a cultura goiana.

PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DO PODER JUDICIÁRIO

Para aprimorar e valorizar o Centro de Memória e Cultura (CMC) do Poder Judiciário do Estado de Goiás, criado em 12 de dezembro de 2018, a gestão 2021/2023 investiu em ações de tecnologia e interação com público interno e externo.

PRINCIPAIS AÇÕES:

Tour Virtual 360° do Centro de Memória e Cultura: disponível no site do TJGO, é um ambiente virtual de proteção, valorização e divulgação da História e da Memória judiciária goiana, por meio de imagens de alta resolução do Patrimônio Cultural Arquitetônico, Museológico e Arquivístico;

Vídeo Institucional em comemoração ao Dia da Memória do Poder Judiciário (10 de maio);

Realização da I Semana da Memória do Judiciário Goiano, em conjunto com o TRT da 18ª Região e o TRE-GO;

Catologação do acervo;

Conteúdo bilíngue do Centro de Memória e Cultura: projeto pioneiro dentre os Tribunais de Justiça do país de tradução para a língua inglesa e espanhola do conteúdo do site e das exposições de longa duração;

Acervo Histórico;

Funcionamento em horários alternativos;

Acessibilidade na reelaboração das exposições de longa duração: inclusão de elementos relacionados à raça, gênero e diversidade, uso de outras linguagens, além da textual, como recursos sonoros, imagéticos e táteis;



Recolhimento dos processos judiciais e administrativos dos séculos XVIII, XIX e XX (até 1937) das treze Comarcas mais antigas: Alto Paraíso, Bela Vista de Goiás, Catalão, Corumbá de Goiás, Formosa, Goiás, Ipameri, Jaraguá, Jataí, Luziânia, Pirenópolis, Rio Verde e Santa Cruz de Goiás;

Restauração do Mobiliário Histórico do Centro de Memória e Cultura do Poder Judiciário do Estado de Goiás;

Funcionamento em horários alternativos.



LISTA DE EVENTOS PINACOTECA 2022

Embaixador Lauro Moreira visita Pinacoteca do TJGO

Lançamento da obra “A Tribuna dos Magistrados”, que reúne discursos de posse de desembargadoras e desembargadores;

Desembargador Itaney Campos divulga obras literárias em tarde de autógrafos no TJGO;

TJGO e Secretaria de Cultura de Goiânia estabelecem parceria;

Juiz aposentado e artista plástico Carlos Elias abre sua primeira exposição individual “Homenagens”;

Música e cultura na reinstalação do “Espaço Cultural Goiandira do Couto” no TJGO;

Palestra “Palavras e Silêncios em Torno da Semana de Arte Moderna de 22”, com o imortal da ABL, Antônio Carlos Secchin;

Acervo Histórico;

Visita do ex-governador de Goiás Irapuan Costa Júnior, escritora Elina Borges e delegada Sabrina Leles à Pinacoteca Desembargador Camargo Neto;

Lançamento do livro “A travessia do deserto – uma estratégia para a vida”, de Elina Borges;

Lançamento da obra “Notáveis Vilaboenses do Passado ao Presente – Breves Biografias” com Antônio Celso Ramos Jubé;

Edital do Selo Histórico TJGO. O logotipo será utilizado no selo adesivo para identificação dos processos e documentos considerados de valor histórico e será lançado no aniversário de 150 anos do Tribunal de Justiça de Goiás, em maio de 2024;

Conteúdo bilíngue do Centro de Memória e Cultura: projeto pioneiro dentre os Tribunais de Justiça do país de tradução para a língua inglesa e espanhola do conteúdo do site e das exposições de longa duração.







 **EJUG**
Escola Judicial do Tribunal
de Justiça do Estado de Goiás





EJUG

METAS PARA SERVIDORES

META 1

CAPACITAR 60% DOS(AS) SERVIDORES(AS) DO TJGO, POR MEIO DE CURSOS PRESENCIAIS E A DISTÂNCIA, NOS CURSOS OFERECIDOS PELA EJUG

5.751 Servidores(as) Capacitados(as) em 139 cursos presenciais, a distância e eventos de formação oferecidos pela EJUG.

RESULTADO:

164% de cumprimento da meta

META 2

CAPACITAR 2% DOS(AS) SERVIDORES(AS) DO TJGO, POR MEIO DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU/STRICTO SENSU

178 Servidores(as) contemplados.

RESULTADO:

152% de cumprimento da meta

RESULTADOS SUPERAM METAS DO PLANO DE CAPACITAÇÃO 2021-2023

METAS PARA MAGISTRADOS

META 1

CAPACITAR 50% DOS(AS) MAGISTRADOS(AS) DO TJGO NOS CURSOS DA EJUG, CREDENCIADOS NA ENFAM

313 Magistrados(as) Capacitados(as) em 17 cursos oferecidos pela EJUG e cadastrados pela ENFAM.

RESULTADO:

182% de cumprimento da meta

META 2

CAPACITAR 70% DOS(AS) MAGISTRADOS(AS) DO TJGO, POR MEIO DE EVENTOS DE FORMAÇÃO DE CURTA DURAÇÃO

412 Magistrados(as) Capacitados(as) em 76 cursos e eventos de formação de curta duração oferecidos pela EJUG.

RESULTADO:

172% de cumprimento da meta

META 3

CAPACITAR 10% DOS(AS) MAGISTRADOS(AS) DO TJGO, POR MEIO DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU/STRICTO SENSU PRIORITÁRIOS À CONTINUIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL DO 1º GRAU DE JURISDIÇÃO

49 Magistrados(as) contemplados com bolsa de estudo de pós-graduação Stricto Sensu.

RESULTADO:

144% de cumprimento da meta



EJUG É CADASTRADA COMO ESCOLA DE GOVERNO

A Ejug obteve, no dia 18 de março de 2022, a aprovação unânime dos membros do Conselho Estadual de Educação (CEE) para credenciamento junto ao Sistema Educativo do Estado de Goiás, na condição de Escola de Governo, e a concessão de autorização para a realização do curso de pós-graduação lato sensu em Direito e Poder Judiciário.

BOLSAS DE ESTUDO

117 bolsas de Mestrado

16 bolsas de Doutorado

INAUGURAÇÃO DO AUDITÓRIO COM PRIMEIRA AULA DA PÓS-GRADUAÇÃO

A Ejug inaugurou, em 19 de agosto de 2022, o auditório da Escola e a sala de aula multiuso. O auditório comporta 250 pessoas, já a sala tem capacidade para 50 alunos e sistemas de áudio e vídeo profissional para transmissão simultânea das aulas presenciais. A inauguração contou com palestra do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e atual Corregedor Nacional de Justiça, Luís Felipe Salomão.

O evento marcou também a aula inaugural da primeira pós-graduação lato sensu da Ejug, em Direito e Poder Judiciário. O curso propõe algo inovador para os programas de especialização lato sensu: a divisão em duas linhas de estudos e pesquisas. Cada uma delas terá dois respectivos eixos temáticos.

AGENDA DE PALESTRAS COM MINISTROS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES E CONSELHEIROS DO CNJ



Em 2022, a Ejug iniciou um programa de palestras com grandes expoentes do Poder Judiciário nacional. Foram vários eventos, que contaram com a participação da magistratura e do corpo funcional do TJGO e trataram de temas atuais e relevantes para o Judiciário:

Ministro do STJ, Paulo de Tarso Sanseverino

TEMA: *Responsabilidade Civil – Fixação do Dano Moral.*

Ministro do STJ e atual Corregedor Nacional da Justiça, Luís Felipe Salomão

TEMA: *Direito Civil Constitucional – A Construção da Legalidade Constitucional nas Relações Privadas.*

Palestra com os Ministros do STJ, Antônio Saldanha Palheiro e Sebastião Alves dos Reis Júnior.

TEMAS: *Precedentes e Nulidades e Protagonismo Judicial na Proposição e Produção Probatória no Sistema Acusatório.*

Palestra com o Ministro do STF, Luiz Fux

TEMA: *Sistema de Precedentes*

Seminário Diálogos sobre Políticas Judiciárias TJGO-CNJ, com a participação dos conselheiros do CNJ: Marcello Terto e Silva, Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho, Marcos Vinícius Jardim Rodrigues, Mário Henrique Aguiar Goulart Ribeiro Nunes Maia, João Paulo Santos Schoucair, Marcio Luiz Coelho de Freitas e Mauro Pereira Martins.

Encontro de Precedentes do Sistema dos Juizados Especiais, com a participação do Ministro do STJ, Marcelo Navarro Ribeiro Dantas.



PENSADORES NACIONAIS TAMBÉM ESTIVERAM NO TJGO

A Ejug também promoveu palestras com grandes pensadores nacionais: Luiz Felipe Pondé, Leandro Karnal, Mario Sergio Cortella e Rossandro Klingey.





FÓRUM DE ESTUDOS ÉTNICO-RACIAIS

A Ejug, em parceria com o Comitê de Igualdade Racial do TJGO, criou em sua plataforma digital o Fórum Permanente de Estudos Étnico-Raciais, por meio do qual foram trabalhados diversos temas relacionados ao debate racial, com a finalidade de promover a informação e construção coletiva de conhecimento antirracista.

TEMAS ABORDADOS:

A Justiça é uma mulher negra: racismo e sexismo no sistema de justiça.

PALESTRANTE: *Lívia Sant'anna Vaz (promotora de justiça do Estado da Bahia);*

Estudos sobre o livro "Torto Arado"

PALESTRANTE: *Itamar Vieira Júnior (escritor);*

Estudos sobre o livro Escritos de uma Vida, de Sueli Carneiro.

PALESTRANTE: *Yordanna Lara Pereira Rego (graduada em História e mestre em Antropologia Social);*

Estudos sobre o livro Nem preto nem branco, muito pelo contrário, de Lília Moritz Schwarcz.

PALESTRANTE: *Yordanna Lara Pereira Rego (graduada em História e mestre em Antropologia Social);*

Estudos sobre o livro O Averso da Pele

PALESTRANTE: *Jeferson de Souza Tenório (escritor, professor e pesquisador, mestre em literaturas luso-africanas e doutorando em teoria literária).*



OUTROS DESTAQUES:

Curso Gestão das Unidades Judiciárias – Conhecimento em Ação;

Projeto Bico de Pena;

Cursos de Mediação e Conciliação;

Ciclo de Palestras Todos por Todos;

Fórum Permanente de Estudos Étnico-Raciais;

Seis edições da Semana Justiça pela Paz em Casa;

Direitos Humanos e Equidade de Gênero;

Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – Webinários;

O Código de Ética e a Prevenção do Assédio Moral, Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito do TJGO;

Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;

Curso de Introdução Funcional para novos servidores;

Encontros Regionais da Corregedoria-Geral da Justiça;

Infância e Juventude – Ato Infracional;

Curso Central Eletrônica de Mandados;

Atendimento Humanizado.





AÇÕES DE COMUNICAÇÃO

AÇÕES DE COMUNICAÇÃO

PROJETOS DE COMUNICAÇÃO TÊM RECONHECIMENTO NO CENÁRIO NACIONAL

Para aprimorar e valorizar o Centro de Memória e Cultura (CMC) do Poder Judiciário do Estado de Goiás, criado em 12 de dezembro de 2018, a gestão 2021/2023 investiu em ações de tecnologia e interação com público interno e externo.

MINHA EXISTÊNCIA É RESISTÊNCIA

A Campanha “Minha Existência é Resistência”, uma parceria do CCS e do Comitê de Igualdade Racial, teve grande repercussão em 2022 e alcançou público diverso. O projeto é uma série especial em vídeos, inicialmente apresentada nas redes sociais do TJGO, com o objetivo de contribuir para a difusão de informações e o combate ao racismo e o sexismo na sociedade brasileira. O lançamento aconteceu no Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, 25 de julho. O trabalho ultrapassou o TJGO, também virou uma exposição com fotos fotográfica e foi apresentado em mostras de cinema, no workshop de comunicação e chegou a escolas públicas como ferramenta de reflexão sobre o racismo.





“MINHA EXISTÊNCIA É RESISTÊNCIA” EM NÚMEROS

20 MIL

visualizações nas redes sociais

16 MIL

visualizações em um dos vídeos no Tik Tok

MOSTRA

do Cinema Negro Brasileiro, no Cine Cultura, em Goiânia

3 MIL

estudantes e professores atingidos nas escolas públicas do Estado

VEICULAÇÃO

no Museu da Imagem e Som

EXPOSIÇÃO

TJGO

Museu da Imagem e Som

Galeria de Artes da Faculdade de Letras da UFC

16ª Primavera dos Museus



POSTAGEM DO TJGO NO INSTAGRAM GANHA DESTAQUE EM PÁGINA RECONHECIDA

Um vídeo produzido pela equipe do CCS ganhou destaque nacional ao ser reproduzido pela página “Razões para Acreditar”, que concentra mais de 5 milhões de seguidores no Instagram. O jardineiro Luciano, que trabalha no Palácio da Justiça, surpreendeu a todos ao criar um coração amarelo com as flores caídas no jardim do TJGO. O gesto encantou o público e coincidiu com a chegada da primavera.

110 MIL visualizações

5 MIL curtidas

177 MIL seguidores nas redes sociais

62% de crescimento no Instagram

1 MILHÃO E 300 MIL

visualizações dos vídeos no Instagram

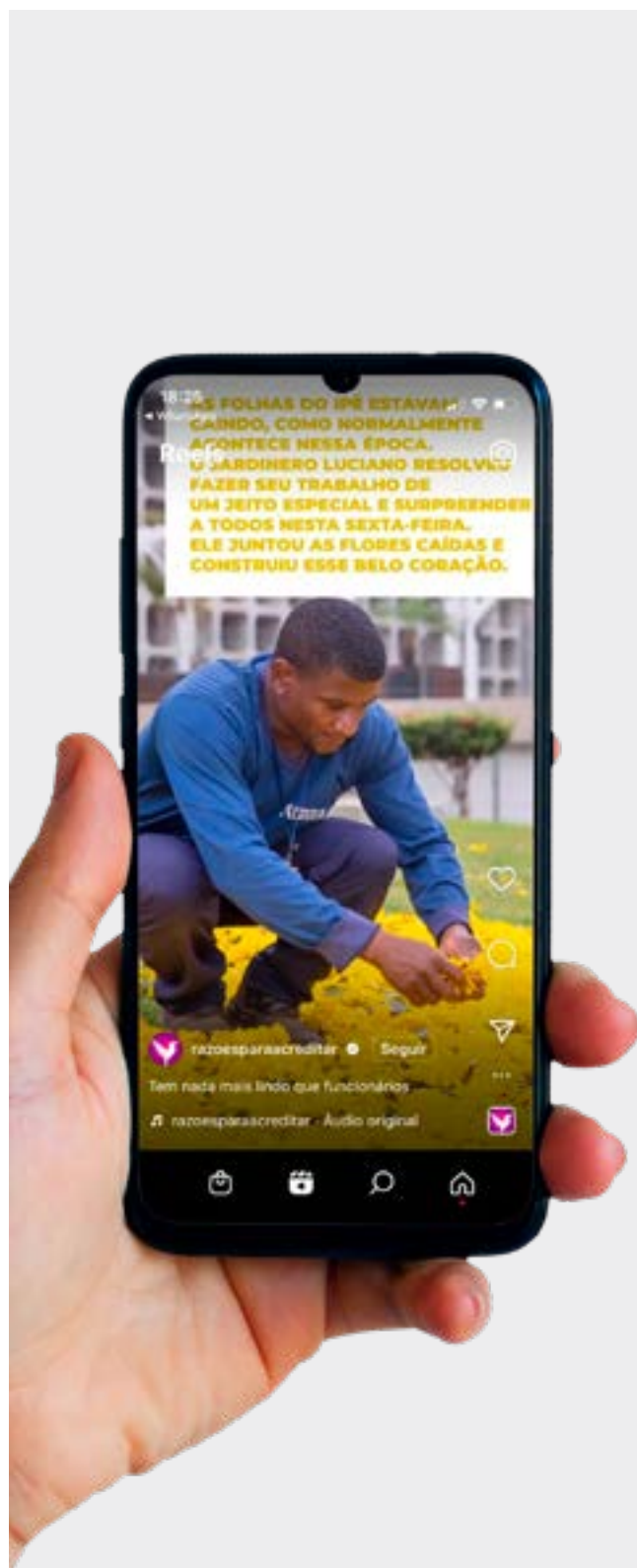
NA MÍDIA

22.262

notícias publicadas em web, televisão, rádio e impresso

80% positivas (média)

5 MIL atendimentos à imprensa



JULGAMENTO DO CASO VALÉRIO LUIZ MOBILIZA COMUNICAÇÃO

Caso de grande repercussão, o julgamento dos réus acusados de matar o jornalista Valério Luiz de Oliveira em 5 de julho de 2002 recebeu grande atenção da imprensa e exigiu da equipe de comunicação do TJGO um trabalho para se antecipar às suas necessidades. Desde a primeira data estabelecida para a realização do júri, tudo foi pensado para garantir a melhor cobertura por esses profissionais. A imprensa recebeu um levantamento de todas as informações relacionadas ao processo e ao júri, o roteiro do júri, com o passo a passo do que ocorreria no plenário.

[Atendimento da imprensa 24 horas sobre o caso](#)

[Acompanhamento presencial no TJGO](#)

[Encaminhamento de imagens para a imprensa](#)

[Repasse de informações do julgamento em tempo real](#)

[Infraestrutura para as equipes de reportagem](#)



WORKSHOP DE CASES DE COMUNICAÇÃO E JUSTIÇA

O TJGO foi o anfitrião do 2º Workshop Cases de Comunicação do Sistema de Justiça, organizado pelo Tribunal e pelo Fórum Nacional de Comunicação e Justiça (FNCJ), com apoio da Ejug. O evento contou com apresentações de 16 profissionais que atuam na área de Comunicação de diversos órgãos do sistema de Justiça no Brasil e teve início com a apresentação do projeto Apadrinharte, pelo juiz auxiliar da Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), Iberê Dias. O TJGO apresentou a campanha Minha Existência é Resistência.



PLANO DE GESTÃO

Nesta seção serão apresentados os resultados alcançados no Plano de Gestão – Biênio 2021/2023 e os planos acessórios desenvolvidos para consecução da estratégia definida pela Administração. Os referidos instrumentos de gestão foram elaborados em consonância com o Planejamento Estratégico do TJGO 2021/2026 e com os macrodesafios estabelecidos para a Estratégia Nacional do Poder Judiciário por meio da Resolução CNJ nº 325/2020.

PLANO DE GESTÃO



JULGAR QUANTIDADE MAIOR DE PROCESSOS DE CONHECIMENTO DO QUE OS DISTRIBUÍDOS NO BIÊNIO, EXCETO OS SUSPENSOS E SOBRESTADOS

Resultado:

134,61%



REDUZIR EM 50% O ACERVO DE PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL DISTRIBUÍDOS ATÉ 2020

Resultado:

100%



DIGITALIZAR 100% DO ACERVO TOTAL DE PROCESSOS FÍSICOS EM TRAMITAÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO DE GOIÁS

Resultado:

100%



ALCANÇAR NO MÍNIMO 72% NO PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE

Resultado:

113,33%



REDUZIR EM 4 PONTOS PERCENTUAIS A TAXA DE CONGESTIONAMENTO LÍQUIDA DE PROCESSO NA FASE DE CONHECIMENTO, EM RELAÇÃO A 2020

Resultado:

267,25%



APRIMORAR A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA ALINHADA AO PLANO ESTRATÉGICO

Resultado:

51%

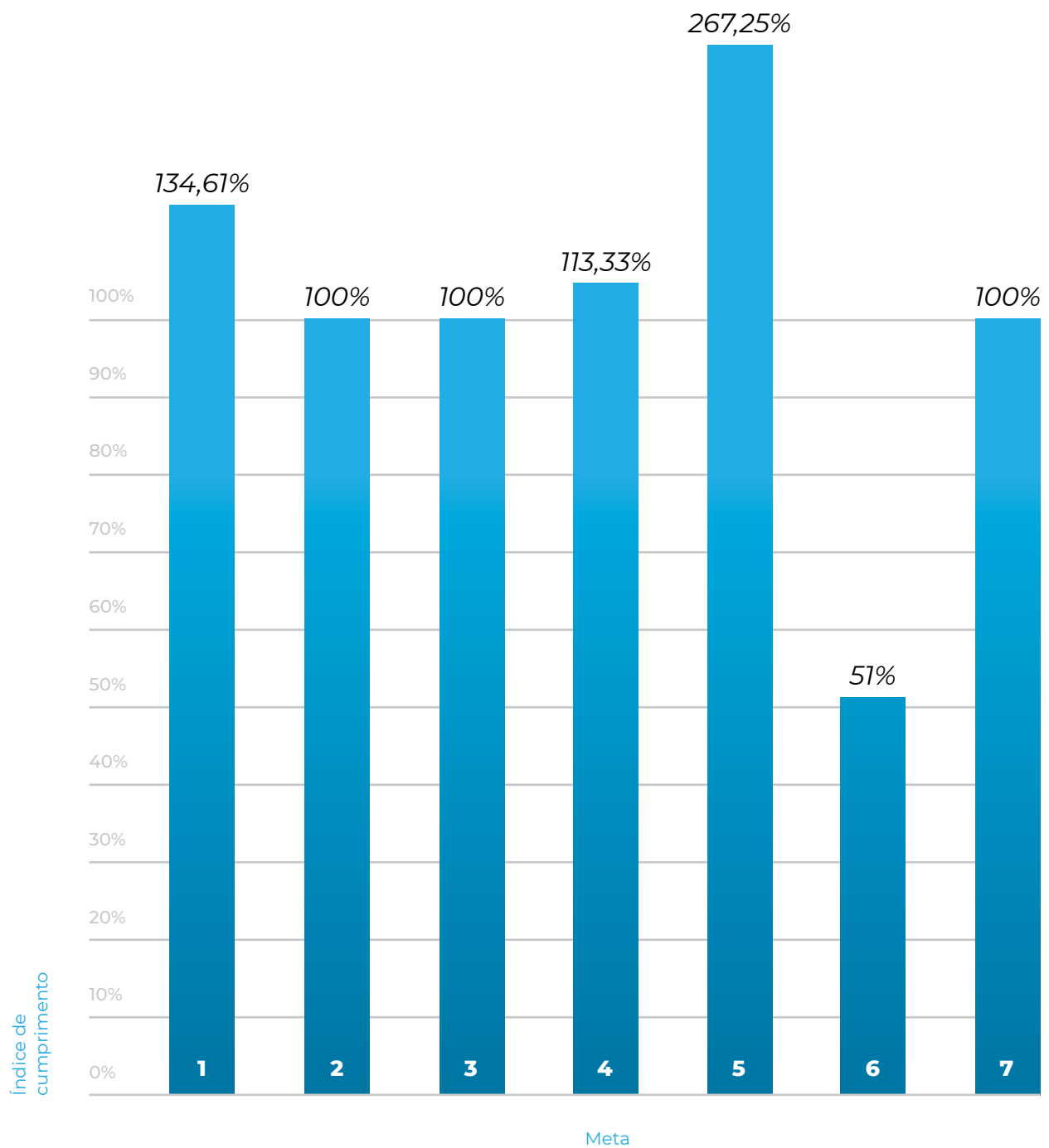


ALCANÇAR O NÍVEL DE EXCELÊNCIA COM O ÍNDICE DE 0,90 NO IGOVTC-JUD

Resultado:

100%

GRÁFICO RESUMO DE METAS



PLANOS ACESSÓRIOS



PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PDTIC 2021-2023

O plano traz uma contextualização sobre os resultados do índice iGovTIC-JUD, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), informações sobre os resultados do planejamento com o PDTIC anterior e sobre a estrutura organizacional de TIC do TJGO.

PLANO DE CAPACITAÇÃO

Construído com a finalidade de atender às necessidades de formação continuada de magistrados e servidores de forma a aperfeiçoar as suas competências, objetivando como resultado a excelência na prestação jurisdicional. O plano foi dividido em dois capítulos: Formação Inicial e Continuada para Magistrados e Formação Inicial e Continuada para Servidores.



PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL – PLS

Elaborado em conformidade com a política de sustentabilidade instituída pelo CNJ, por meio da Resolução nº 400/2021, e está estruturado sob os eixos temáticos: (I) Racionalização dos recursos orçamentários, (II) Sensibilização e capacitação, (III) obras e serviços de engenharia, (IV) Gestão dos resíduos gerados, (V) Qualidade de vida no ambiente de trabalho e solidariedade, (VI) Licitações e contratos da administração.



PLANO DE OBRAS

Pautado pelas normativas do Conselho Nacional de Justiça, em especial as Resoluções nº 400 e nº 401/2021, o Plano de Obras 2021/2023 foi estruturado em (I) reformas por microrregiões de abrangência, (II) obras de médio porte e ampliações e (III) obras de grande porte, a partir da priorização definida para o biênio.

PLANO ANUAL DE AUDITORIA PARA 2022

Em consonância à nova sistemática inaugurada pelas Resoluções nº 308 e 309 do Conselho Nacional de Justiça, no ano 2020, foram aprovados o Plano Anual de Auditoria (PAA), para o ano de 2022, e o Plano de Auditoria a Longo Prazo (PALP), para o período de 2020 a 2025.



METAS NACIONAIS

Para o cumprimento das Metas Nacionais, do Conselho Nacional de Justiça, foram realizadas várias ações que buscaram impactar, diretamente ou indiretamente, no cumprimento das metas nacionais, sob a coordenação da Presidência e da Corregedoria-Geral da Justiça. As atividades contaram com atuação de diversas áreas do TJGO, gabinetes dos juízes auxiliares, Diretoria de Planejamento e Inovação, Diretoria de Estatística e Ciência de Dados, Diretoria de Tecnologia da Informação e Diretoria de Tecnologia da Informação da CGJ.

Dentre as ferramentas usadas para o cumprimento de metas podemos destacar:

Painel gerencial (BI) desenvolvido pela Diretoria de Planejamento e Inovação (DPI) para o acompanhamento diário das Metas Nacionais. O referido painel exibe, por meta nacional, o acervo em todo o Estado, bem como o rol das unidades judiciárias que possuem processos que impactam em cada meta;

Instituição de grupos de trabalho: NAJ, CPE Presidência, CPE CGJ, NAC, Programa Pró-Júri;

Criação da prioridade meta CNJ no Sistema Projudi/PJD, que possibilita relacionar os processos com as respectivas metas;

Correção do cadastramento dos processos nos sistemas, por meio do Grupo da TPU e realização do webinar 1º Encontro Estadual Tabela Processual Unificada – TPU;

Instituição do Grupo de Trabalho para monitoramento das Metas Nacionais do Poder Judiciário do ano de 2022 – Decreto Judiciário nº 2.353/2022;

Chamamento público interno e externo para sugestão de ideias inovadoras a fim de auxiliar no cumprimento das metas – InovaJus.



QUADRO RESUMO DAS METAS NACIONAIS

META	INSTÂNCIA	% DE CUMPRIMENTO
1	Todas	298,77
	1º Grau	106,91
2	2º Grau	117,96
	Juizados e Turmas	101,75
3	Todas	179,53
4	Todas	109,56
5	Todas	27,31
	Feminicídio	120,72
8	Violência Doméstica	145,68
	Todas	140
10	Todas	244,91
11	1º Grau	99,64
	2º Grau	92,11
12	Todas	147,55





PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás





PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

www.tjgo.jus.br